

Mecanismo de Relatoria Independente (IRM): Brasil Relatório Final 2016–2018

Fabro Steibel, Pesquisador independente

Índice

Panorama: Brasil	2
Sobre a Avaliação	4
Implementação do Compromisso	6
1. Dados Abertos no Governo Federal	8
2. Transparência sobre os Recursos Públicos	12
3. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação	16
4. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – Proteção a identidade de solicitantes de informação	19
5. Efetividade de Mecanismos de Participação da Política Nacional de Participação Social	23
★ 6. Recursos Educacionais Digitais	26
7. Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde	30
8. Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional	34
9. Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos	37
10. Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos	40
11. Inovação Aberta e Transparência no Legislativo	43
12. Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios	46
13. Transparência e Inovação no Judiciário	49
14. Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal	52
15. Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente	56
16. Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura	59
Nota Metodológica	62

Panorama: Brasil

Mecanismo de Relatoria Independente (IRM) Relatório Final 2016–2018

Dois compromissos no plano de ação do Brasil para 2016-2018 resultaram em mudanças notáveis nas práticas do governo, o que levou na promoção de recursos educacionais abertos (Compromisso 6) e a participação cívica no planejamento orçamentário (Compromisso 14). Contudo, de forma geral o plano tem limitado potencial transformador, e nível de implementação. No futuro, o governo e a sociedade civil devem buscar compromissos com maior ambição e melhor implementação.

A Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP) é uma iniciativa internacional voluntária que busca garantir os compromissos dos governos com seus cidadãos, com o fim de promover a transparência, capacitar os cidadãos, combater a corrupção e aproveitar novas tecnologias para fortalecer a governança. O Mecanismo de Relatoria Independente (IRM) realiza uma revisão das atividades de cada país participante da OGP. O presente relatório resume os resultados da implementação do plano, de dezembro de 2016 a junho de 2018, e inclui desenvolvimentos até agosto de 2018.

O Comitê Interministerial do Governo Aberto (CIGA) coordena o processo da OGP no Brasil. O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União; lidera o CIGA. O corpo executivo do CIGA, conhecido como Grupo Executivo do CIGA (GE-CIGA), compreende 18 ministérios. A Casa Civil da Presidência da República lidera esse grupo. O GE-CIGA também supervisiona a implementação do plano de ação.

Organizações da sociedade civil foram envolvidas durante o desenvolvimento do plano de ação, bem como durante o período de implementação. Um grupo formal de trabalho da sociedade civil (GT) foi estabelecido e consistiu de sete organizações. Os pares elegeram essas organizações por meio de uma chamada pública lançada pelo governo. O GT desempenhou um papel consultivo (atuou sem procedimentos vinculantes de tomada de decisões dentro do CIGA), mas com um acordo não institucionalizado com o governo de exercer um papel de colaboração.

O plano incluiu 16 compromissos e abrangeu áreas já abordadas por planos de ação anteriores, como dados de saúde e participação social e novas áreas (por exemplo, dados penitenciários, dados ambientais, e outros vindos do poderes Legislativo e Judiciário). O governo publicou seu relatório final de autoavaliação em setembro de 2018¹.

O processo de consulta para o próximo plano de ação começou em abril de 2018 e não finalizou até o fim de coleta de dados, e incluiu fase de cocriação de agendamento (de abril a maio de 2018) e oficinas de cocriação de compromissos (de maio a agosto de 2018).

Tabela 1: Síntese

Tabela 1: Síntese		
	Período Intermediário	Período Final
Número de Compromissos	16	
Nível de Conclusão		
Concluído	0	3
Substancial	3	7
Limitado	13	6
Não Iniciado	0	0
Número de Compromissos Com...		
Relevância Clara para os Valores da OGP	16	16
Impacto Potencial Transformador	2	2
Implementação Completa ou Substancial	3	10
Todos os Três (👍)	1	1
Abriu o Governo		
Em grande medida	1	
Significativamente	2	
Seguindo Adiante		
Número de compromissos transferidos para o próximo plano de ação	0	

¹ Governo Brasileiro, *Balanco Final do 3º Plano de Ação Nacional*, Setembro de 2018, <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2018/balanco-final-do-3o-pan-do-brasil-final.docx>.

Consulta com a Sociedade Civil durante Implementação

Os países participantes da OGP seguem um processo de consulta durante o desenvolvimento e a implementação de seu plano de ação. O Grupo Executivo do Comitê Interministerial de Governo Aberto (GE-CIGA) promoveu exercícios regulares, públicos e bem documentados de monitoramento colaborativo durante o período de implementação. Para isso, o GE-CIGA empregou uma metodologia detalhada, publicada online, que inclui um conjunto de tópicos predefinidos pelo governo; um conjunto de temas definidos pela sociedade civil com o uso de ferramentas cívicas para moderar o debate; e outros baseados em temas comuns. Grupos de trabalho *in loco* discutiram os tópicos. O governo organizou e patrocinou essas sessões, com um número equilibrado de participantes do governo e da sociedade civil. Os grupos de trabalho, então, decidiram sobre a redação final dos compromissos, que foram submetidos à GE-CIGA e aprovados para inclusão no plano de ação.

As reuniões de acompanhamento incluíram tanto o GE-CIGA quanto o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT). O governo realizou sete reuniões de abril de 2017 a julho de 2018. O monitoramento, assim, ocorreu durante todo o período de implementação. As reuniões foram transmitidas ao vivo, e todos os envolvidos na preparação do plano de ação foram convidados com antecedência para participar das chamadas. O governo publicou online as atas de todas as reuniões.

As reuniões foram realizadas em Brasília. O pesquisador do IRM participou de cinco dessas reuniões e observou que elas seguiam uma agenda predeterminada. Nas reuniões, representantes da sociedade civil e do governo discutiram a implementação dos compromissos. Houve um debate ativo entre os participantes, com pressão dos representantes do governo e da sociedade civil em prol de resultados positivos. Em alguns casos, representantes de organizações da sociedade civil pressionaram funcionários do governo por esforços mais impactantes, como no caso do Compromisso 1. Em outros casos, ocorreu o contrário. Com relação ao Compromisso 8, por exemplo, representantes do governo solicitaram que a sociedade civil respondesse melhor às tarefas acordadas.

Tabela 2: Consulta durante Implementação

Fórum Multilateral Regular	Período Intermediário	Período Final
1. Havia um Fórum?	Sim	Sim
2. Ele se Reunia Regularmente?	Sim	Sim

Tabela 3: Nível de Influência Pública durante a Implementação

O IRM adaptou o “Espectro de Participação” da Associação Internacional de Participação Pública (IAP2), de modo a ser aplicá-lo à OGP¹. Esse espectro mostra o nível potencial de influência pública sobre o conteúdo do plano de ação. Sob a tónica da OGP, a maioria dos países deve aspirar ao aspecto “colaborativo”.

Nível de Influência Pública durante a Implementação do Plano de Ação		Período Intermediário	Período Final
Empoderamento	O governo entregou poder de decisão a membros do público.		

Colaboração	Houve um diálogo interativo e o público ajudou a definir a agenda.	✓	✓
Envolvimento	O governo deu feedback sobre como as contribuições públicas foram consideradas.		
Consulta	O público pôde dar contribuições.		
Informação	O governo forneceu ao público informações sobre o plano de ação.		
Nenhuma Consulta	Nenhuma Consulta		

Sobre a Avaliação

Os indicadores e a metodologia utilizados na pesquisa do IRM podem ser encontrados no Manual de Procedimentos do IRM². Uma medida, o “compromisso marcado com asterisco” (★), merece maior esclarecimento em função de seu interesse particular para os leitores e por sua utilidade no sentido de encorajar uma corrida rumo o topo entre os países participantes da OGP. Os compromissos com asterisco são considerados compromissos exemplares da OGP. Para conter um asterisco, um compromisso deve atender a vários critérios:

- Os compromissos com asterisco terão especificidade “média” ou “alta”. Um compromisso deve estabelecer atividades e etapas claramente definidas, de modo a permitir um julgamento sobre seu impacto potencial.
- A linguagem do compromisso deve deixar clara sua relevância para a abertura do governo. Especificamente, deve estar relacionada a pelo menos um dos valores da OGP de Acesso à Informação, Participação Cívica, ou Responsabilidade Pública.
- O compromisso teria um potencial impacto “transformador” se completamente implementado³.
- O governo deve fazer progressos significativos nesse compromisso durante o período de implementação do plano de ação, de forma a receber uma avaliação de implementação “substancial” ou “completa”.

Os compromissos com asterisco podem perder seu status de distinção caso sua conclusão fique aquém da esperada conclusão completa ou substancial no final do período de implementação do plano de ação.

No relatório intermediário, o plano de ação do Brasil continha um compromisso com asterisco. No final do período, com base nas alterações no nível de conclusão, o plano de ação do Brasil ainda continha um compromisso com asterisco.

Por fim, as tabelas nesta seção apresentaram uma amostra do montante de dados que o IRM coleta durante o processo de relatoria. Para o panorama completo de dados para o Brasil, consulte o OGP Explorer em www.opengovpartnership.org/explorer.

Sobre “Abriu o Governo?”

A fim de captar mudanças na prática do governo, o IRM introduziu a nova variável “Abriu o Governo?” aos relatórios de final de mandato. Essa variável tenta ir além da avaliação de produtos e de resultados, para observar como a prática do governo tem mudado como consequência da implementação do compromisso.

Conforme escrito, alguns compromissos da OGP são vagos e/ou não são claramente relevantes para os valores da OGP, mas alcançam reformas políticas significativas. Em outros casos, os compromissos, quando escritos, parecem relevantes e ambiciosos, mas não conseguem abrir o governo quando implementados. A variável “*Abriu o Governo?*” tenta capturar essas sutilezas.

A variável “*Abriu o Governo?*” avalia mudanças na prática governamental com base no seguinte espectro:

- Agravado: a abertura do governo piora como resultado do compromisso.
- Não mudou: Nenhuma mudança na prática governamental.
- Marginal: Alguma mudança, porém irrisória em termos de seu efeito no nível de abertura.
- Grande: Um progresso para a abertura do governo na área de política relevante, mas de forma restrita em escopo ou escala.
- Significativa: Uma reforma que transformou “business as usual” na área de política relevante ao abrir o governo.

Para avaliar essa variável, os pesquisadores estabelecem o *status quo* no início do plano de ação. Eles então avaliam os resultados *como implementados*, para mudanças na abertura do governo.

Os leitores devem levar em consideração as limitações. Os relatórios finais do IRM são preparados apenas alguns meses após a conclusão do ciclo de implementação. A variável foca nos resultados que podem ser observados nas práticas de abertura do governo no final do período de implementação de dois anos. O relatório e a variável não pretendem avaliar o impacto dos mesmos por conta das complexas implicações metodológicas e do prazo do relatório.

1 “Espectro de Participação” da Associação Internacional de Participação Pública (IAP2),

http://c.ymcdn.com/sites/www.iap2.org/resource/resmgr/foundations_course/IAP2_P2_Spectrum_FINAL.pdf.

2 Manual de Processos do IRM, <http://www.opengovpartnership.org/about/about-irm>. <https://www.opengovpartnership.org/documents/irm-procedures-manual/>

3 O Painel de Especialistas Internacionais modificou esse critério em 2015. Para mais informações visite https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2017/05/IEP_Membership_2015_03_27_0.pdf

Implementação do Compromisso

Panorama Geral dos Compromissos

Como participantes da OGP, os países são obrigados a assumir compromissos em um plano de ação de dois anos. As tabelas abaixo resumem o nível de conclusão no final do período e o progresso na métrica "Abriu o Governo?" Para os compromissos que foram concluídos na Intermediário, o relatório fornecerá um resumo dos resultados do relatório de progresso, e focará na análise da variável "Abriu o Governo?". Para mais detalhes sobre esses compromissos, consulte o relatório de progresso do IRM Brasil 2016–2018.

Tabela 4: Avaliação de Progresso por Compromisso

Visão Geral do Compromisso	Especificidad e				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão				Interme diário	Abriu o Governo?
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Final	
1. Dados Abertos do Governo Federal			✓		✓	✓		✓		✓				✓	✓			
2. Transparência dos recursos públicos			✓		✓	✓				✓				✓				
3. Política de Acesso à Informação - documentos classificados			✓		✓						✓			✓	✓			
4. Política de Acesso à Informação - identidade de solicitantes			✓		✓						✓			✓				
5. Mecanismos efetivos de participação social			✓			✓		✓		✓				✓				
6. Recursos educacionais digitais 🌟				✓	✓	✓		✓				✓			✓	✓		
				✓	✓			✓			✓			✓				

I. Dados Abertos no Governo Federal

Texto do compromisso:

Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes

O compromisso visa aumentar a participação do governo e da sociedade nas discussões sobre dados abertos, com vistas a garantir a conexão entre o que o cidadão busca e o que o governo oferece, considerando não somente dados, mas também ferramentas de tecnologia da informação e formas de disponibilização de informações adequadas. Para implementar esta iniciativa, o compromisso prevê a realização de ações de comunicação voltadas para a mobilização e sensibilização da sociedade e o aproveitamento de canais institucionais para discussões, presenciais e virtuais, serão fundamentais.

1.1 - Identificar, dentre os atores envolvidos em cada ação, o provedor de recursos necessários e articular a forma de viabilizar os marcos previstos no planejamento

1.2 - Analisar a participação social em dados abertos através de canais virtuais durante o processo

1.3 - Ações de comunicação integrada para a mobilização e sensibilização / Aproveitar canais institucionais, presenciais e virtuais para discussão de oferta e demanda de dados abertos

1.4 - Capacitação para reconhecer problemas solucionáveis com temas (design thinking) – MS, MMA, MJ, Minc, MEC / Identificar, com órgãos do governo, problemas concretos que possam ser resolvidos com dados abertos

1.5 - Sistematizar as informações e os problemas identificados na capacitação

1.6 - Identificar dados com potencial para mitigar os problemas, assegurada a harmonia dos interesses dos atores

1.7 - Montar uma agenda coletiva com os diversos atores da sociedade para utilização de dados abertos

1.8 - Priorização de dois problemas identificados

1.9 - Implementação de dois projetos piloto com uso de dados abertos e que garanta conexão entre demanda e oferta

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Câmara dos Deputados; Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Secretaria de Governo; Grupo Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAL-USP); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Open Knowledge Brasil; Rede Nossa São Paulo; W3C Brasil.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade	Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)	Impacto Potencial	Conclusão	Intermediário	Abriu o Governo?
					Final	

	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Sionificativo
1. Dados Abertos do Governo Federal			✓		✓	✓		✓		✓				✓	✓				✓		

Objetivo do Compromisso:

O compromisso visava alinhar melhor a oferta governamental de dados abertos à demanda pública. Para isso, o compromisso buscou gerar novos processos de dados abertos que compatibilizassem as necessidades da sociedade civil com a capacidade do governo.

Status

Intermediário: Limitado

O nível de conclusão no Período Intermediário foi limitado e apresentou atraso no cronograma. O governo completou os Marcos 1.1 a 1.5. Esses Marcos envolvem a identificação de atores com recursos para alcançar os marcos, a avaliação da participação social no campo de dados abertos, atividades de mobilização e de conscientização, e a sistematização da informação. O governo, porém, não cumpriu esses marcos conforme eles originalmente haviam sido planejados. Os Marcos de 1.6 a 1.9 não foram iniciados em meados de 2017.

Final: Substancial

Os Marcos de 1.1 a 1.8 foram concluídos, e o Marco restante, 1.9, está em andamento (com implementação pendente em um dos dois pilotos, conforme planejado originalmente). O nível de implementação, portanto, é substancial.

O Marco 1.6 foi concluído. Envolveu a identificação de dados abertos para ação, e o governo publicou um relatório online dos resultados do processo, em formato wiki¹. O wiki recebeu 593 contribuições. Ele fornece uma visão detalhada das áreas que devem ser priorizadas, quais agências devem ser envolvidas, e outros elementos referentes à definição do problema de políticas. Duas áreas passíveis de terem dados abertos, identificadas durante a consulta online, foram usadas nos marcos seguintes para desenvolver os projetos-piloto.

Os Marcos 1.7 e 1.8 envolveram o estabelecimento de uma agenda de ação coletiva entre o os atores participantes do compromisso e a definição de soluções a serem implementadas nas duas áreas identificadas no Marco 1.6, saúde e educação. O governo publicou online evidências das atividades projetadas e cocriadas². Ele baseou esse registro em uma reunião de fevereiro de 2018, que incluiu um pequeno grupo de colaboradores do governo e da sociedade civil.

O Marco 1.9 envolveu a implementação de dois projetos pilotos. O primeiro piloto, que abordava problemas de políticas de saúde, foi concluído³. O primeiro desafio sobre os dados de saúde pública foi realizado em Brasília em 2018. Ele atraiu mais de 500 participantes, e a equipe vencedora promoveu uma visualização de dados da cobertura vacinal no Brasil

contra o vírus do papiloma humano⁴. O outro piloto foi planejado em parceria com a organização da sociedade civil Transparência Brasil. Envolveu o monitoramento da construção de berçários públicos, e o governo fez uma apresentação sobre o status do piloto na última Reunião do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional para Dados Abertos, em agosto de 2018⁵.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Marginal Participação Cívica: Marginal

O compromisso visava alinhar melhor a oferta governamental de dados abertos à demanda pública. O *status quo* percebido é de que o uso de conjuntos de dados abertos era baixo. Tais percepções são baseadas nas reuniões do workshop durante o planejamento do compromisso. Uma razão para o baixo uso é que o incentivo para abrir conjuntos de dados não foi integrado com a adequada identificação dos dados necessários.

O compromisso visou promover dois estudos-piloto, baseados em atividades de cocriação com a sociedade civil. Dois pilotos foram projetados, mas apenas um foi implementado.

O compromisso resultou no aumento de conjuntos de dados abertos. Houve uma mudança na prática governamental por meio da inclusão de organizações da sociedade civil no processo de tomada de decisão. Foram, portanto, observados avanços no governo aberto.

O governo e a sociedade civil, no entanto, têm opiniões diferentes sobre as contribuições gerais do compromisso. A pesquisa do pesquisador IRM no que se refere aos participantes do comprometimento (veja a seção Nota Metodológica para detalhes) mostrou que um representante do governo (Augusto Herrmann Batista, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) considerou que o piloto realizado no setor de saúde promoveu novo acesso a dados úteis. Esse representante considerou o processo de cocriação com a sociedade civil como positivo. A representante da sociedade civil (Carmela Zigoni, do INESC), no entanto, argumentou que nem o piloto nem o exercício de cocriação mudaram o *status quo*. De acordo com o argumento da representante, se o objetivo do compromisso era alinhar a oferta governamental de dados abertos à demanda, o projeto piloto não o abordou claramente.

Apesar dessas posições diferentes, ambos os lados sugerem que a contribuição do compromisso de abrir o governo é positiva, embora marginal. A abertura dos conjuntos de dados é um passo positivo, assim como os workshops de cocriação, embora outros mecanismos institucionais de colaboração do governo e da sociedade civil já estivessem em vigor no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que lidera o compromisso.

Seguiu Adiante?

O quarto plano de ação nacional do Brasil não levou adiante esse compromisso. Apesar disso, o quarto plano inclui um compromisso de promover o uso de dados abertos em toda a sociedade e em todos os níveis de governo.

1 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Relatório de Consolidação que Visa Identificar as Necessidades da Sociedade Civil Quanto à Disponibilização de Dados Abertos, Outubro de 2017, <https://bit.ly/2T1pWiY>.

2 “Governo Realiza Oficina com Representantes da Sociedade para Conhecer Melhor a Necessidade de Dados Apontada em Pesquisa”, Portal Brasileiro de Dados Abertos, 7 de Fevereiro de 2018, <http://dados.gov.br/noticia/governo-realiza-oficina-com-representantes-da-sociedade-para-conhecer-melhor-a-necessidade-de-dados-apontada-em-pesquisa>.

3 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Relatório de Consolidação que Visa Identificar as Necessidades da Sociedade Civil Quanto à Disponibilização de Dados Abertos, Outubro de 2017, <https://bit.ly/2T1pWiY>.

4 Fernando Caixeta, “Análise Sobre Vírus HPV Vence Primeiro Datathon de Saúde Pública”, Metrôpoles, 23 de Agosto de 2018, <https://www.metropoles.com/distrito-federal/ciencia-e-tecnologia-df/analise-sobre-virus-hpv-vence-primeiro-datathon-de-saude-publica>.

5 “Desafio de Dados da Saúde Pública no Brasil”, Portal brasileiro de Dados Abertos, <http://dados.gov.br/concurso/desafio-de-dados-da-saude-publica-no-brasil>.

2. Transparência sobre os Recursos Públicos

Texto do compromisso:

Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos.

O compromisso tem como objetivo principal melhorar os mecanismos de transparência ativa, ou seja, melhorar as ações relacionadas às informações que o Estado deve fornecer acerca de sua atuação, independente de provocação. Estabelece, portanto, maneiras de garantir que as informações divulgadas sejam apropriadas e qualificadas para uso pela sociedade, o que permitirá melhor entendimento e ampliará a participação social, tornando o acompanhamento mais efetivo.

2.1 - Construção de Plano de Mobilização e Divulgação do tema para ampliar participação, garantindo a difusão de boas práticas em aprendizado e conhecimento sobre recursos públicos

2.2 - Reestruturação do Conselho de Transparência

2.3 - Mapeamento das iniciativas, normativos, sistemas e dados (públicos ou não) sobre transparência e recursos públicos federais

2.4 - Elaboração de matriz estratégica de ações em transparência com a identificação dos responsáveis e definição dos prazos

2.5 - Validação e difusão das ações

2.6 - Publicação de Relatório final

Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União; Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério da Fazenda; Banco Central do Brasil; Prefeitura de São Paulo; Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação Instituto de Estudos Socioeconômicos Observatório Social do Brasil; Open Knowledge Transparência Brasil.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
2. Transparência dos recursos públicos			✓		✓	✓				✓				✓					✓		

Objetivo do Compromisso:

O compromisso abordou a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa no nível federal. O governo visava atingir esse objetivo por meio do aperfeiçoamento da divulgação de dados mediante iniciativas importantes, como o Portal da Transparência Federal.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada, e a implementação apresentou atraso. O governo completou os Marcos 2.1 e 2.2. Eles envolviam o desenvolvimento de um plano de mobilização (2.1) e a reestruturação do atual Conselho de Transparência (2.2). Os Marcos 2.3 e 2.4 estavam em andamento. Esses marcos envolveram o mapeamento de iniciativas, de normas, de sistemas e de conjuntos de dados relacionados a recursos federais (2.3), e uma matriz estratégica para promover iniciativas de transparência (2.4). O governo completou o Marco 2.3, mas a pesquisa os detalhes e as atualizações da pesquisa ainda não foram divulgados. O Marco 2.4 foi iniciado, mas não foi concluído. Os Marcos 2.5 e 2.6 não haviam sido iniciados.

Final: Limitado

Os Marcos 2.1-2.3 foram concluídos. O Marco 2.4 está em andamento, e os Marcos de 2.5-2.6 não foram iniciados. O nível de conclusão, assim, é limitado.

O Marco 2.3 envolveu o mapeamento de informações e de processos estratégicos relacionados à transparência dos recursos públicos. No momento do Relatório Intermediário, o portal de dados abertos Dados.gov.br¹ armazenava bancos de dados disponíveis para download. Naquela época, o Portal da Transparência² também armazenava um conjunto de normas e de iniciativas sobre os processos de transparência federais. O novo portal de transparência apresenta uma série de atualizações que representam avanços consideráveis no acesso à informação, em comparação com a versão anterior, que data da década de 2000. A criação do portal também está relacionada a marcos incompletos anteriores, referentes ao primeiro e ao segundo planos de ação. O relatório de monitoramento da implementação³ afirma que o material será compilado e incluído na quarta edição do índice de classificação de transparência desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral⁴. A seção “Sobre” do novo portal de transparência fornece detalhes sobre o mapeamento e sobre a transparência de processos de fundos públicos⁵.

O Marco 2.4 está em andamento e envolve a elaboração de uma matriz estratégica para promover iniciativas de transparência. Conforme o relatório de monitoramento da implementação, de autoria do Ministério da Transparência e Controladoria Geral⁶, o Conselho de Transparência detém a responsabilidade de concluí-lo. O conselho parou de reunir-se em 2015⁷, mas um novo decreto em agosto de 2018 restabeleceu o mesmo e reforçou sua função mediante novos poderes e competências⁸.

Os Marcos 2.5 e 2.6 envolvem a aprovação de planos, a disseminação do Conselho de Transparência e o lançamento do relatório final de compromissos. O governo não completou esses marcos.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Marginal **Participação Cívica: Marginal**

O compromisso aumentou os mecanismos de transparência no nível federal ao melhorar a divulgação governamental de dados por meio do Portal da Transparência Federal. O portal é acessado mais de 20 milhões de vezes por ano (com base nos dados de 2017). Essa frequência faz dele o maior e mais importante de todos os portais do governo brasileiro. É muito cedo para saber se as mudanças feitas graças a esse compromisso ajudaram a aumentar as taxas numéricas de acesso. A informação, entretanto, é exibida de forma mais clara e mais acessível. A resposta da pesquisa de um representante do governo (Otávio Neves, da Controladoria-Geral da União) revelou melhorias importantes: (a) Existe uma ferramenta de notificação para os cidadãos receberem informações sobre seus tópicos de interesse⁹. (b) Existem agora links e informações organizacionais dos serviços de transparência e de prestação de contas estaduais e municipais (a saber, o Sistema Eletrônico de Serviços de Informação e portais do cidadão¹⁰). (c) Finalmente, o portal apresenta infográficos customizados e fornece acesso por telefone celular.

Em termos de participação cívica, este representante argumentou que o *status quo* melhorou principalmente graças a dois fatores: (a) O governo criou uma ferramenta de crowdsourcing para que os cidadãos relatem inconsistência nos dados (essa opção é incluída como uma tarefa específica na informação “contato”, para identificar o responsável pela questão). (b) O governo aumentou suas ferramentas de compartilhamento, com a utilização de mídias sociais (por exemplo, Facebook e Twitter) e o emprego de um código QR para uma geração de URL única.

Uma grande transformação envolveria a reforma do Conselho de Transparência, que deveria ser composta por membros do governo e da sociedade civil. O conselho tem um histórico de colaboração que tem levado a avanços na liberdade de informação, em dados abertos, e no combate à corrupção¹¹. De acordo com o representante do governo, um novo conselho deveria ser criado em dezembro de 2018. O decreto para implementá-lo foi publicado em agosto, mas a formação do conselho ainda estava pendente no momento em que o relatório de fim de mandato foi escrito. O pesquisador do IRM procurou os representantes da sociedade civil; no entanto, eles não responderam às solicitações. Segundo a representante da sociedade civil, Paula Odo (REPTS)¹², entrevistada pelo pesquisador do IRM, o desenvolvimento do Conselho de Transparência durante a implementação do plano teve resultados mistos. Como Paula Odo argumenta, no início do compromisso o Conselho estava subordinado à Presidência, o que o permitia ter um impacto maior. Já durante o período da Presidência de Temer, o Conselho foi realocado para a CGU, o que o levou a ter uma subordinação ministerial e assim menor impacto potencial de atividade, o que não impediu contudo do Conselho ter aumento de relevância ao longo do período de implementação do plano.

O governo lançou o portal no final do plano de ação e representantes da sociedade civil tiveram tempo restrito para avaliar as mudanças (embora as entrevistas para o IRM sugiram que as mudanças foram, no geral, positivas). O pesquisador do IRM, assim, avalia que a implementação do compromisso levou a uma mudança marginal do *status quo*.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não foi incluído no quarto plano de ação. Uma vez que a conclusão é limitada, os passos seguintes para o compromisso devem concentrar-se em finalizar a matriz estratégica relacionada às ações de transparência. A conclusão da matriz pode levar a um sistema mais apto para monitorar melhorias no portal de transparência.

1 Plataforma Dados.gov.br, <http://dados.gov.br/>

2 Portal Transparência, <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.

3 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/transparencia/reuniao_meio%20ambiente/2018-16-julho-rse_2.pdf.

4 “Escala Brasil Transparente – Transparência Passiva,” Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>.

5 “Perguntas Frequentes” Portal da Transparência, <http://www.portaltransparencia.gov.br/perguntas-frequentes/sobre-o-portal>.

6 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/transparencia/reuniao_meio%20ambiente/2018-16-julho-rse_2.pdf.

7 “Documentos de Reuniões”, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes>.

8 “Decreto Fortalece Atuação do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção”, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, <http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/08/decreto-fortalece-atuacao-do-conselho-de-transparencia-e-combate-a-corrupcao>.

9 “Notificações” Portal da Transparência, <http://www.portaltransparencia.gov.br/notificacoes>.

10 “Controle Social” Portal da Transparência, <http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603399-controle-social>.

11 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Acesso-Informacao/Apresentacao/2018-22-jun-rse-3.pdf>.

12 REPTS, Rede de Transparência de Participação Cívica, <http://repts.org.br/>

3. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação

Texto do compromisso:

Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados

O compromisso pretende aperfeiçoar questões relativas ao serviço de acesso à informação pública prestado pelos órgãos do Governo Federal, que serão orientados e avaliados de forma a adotar novas atitudes em relação à garantia deste direito fundamental, contribuindo para avançar rumo à cultura de transparência no serviço público. O compromisso busca deixar mais transparente o rol de informações classificadas pelos órgãos, bem como estabelecer diretrizes de metodologia para avaliação qualitativa das respostas dos órgãos na prestação do serviço de acesso à informação.

3.1 - Orientação de inclusão do assunto do documento no rol de informações classificadas

3.2 - Normativa para estabelecer limite temporal para esclarecimentos adicionais

3.3 - Criar metodologia de avaliação considerando necessariamente: capacitações, rol de informações, assunto, tempo, qualidade da resposta

3.4 - Realizar avaliação

3.5 - Publicar resultados da avaliação

3.6 - Recomendações aos órgãos, incluindo orientação para que o conhecimento da LAI vincule vida funcional do servidor

3.7 - Divulgação da resposta do órgão

3.8 - Encaminhamentos e resultados

Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Cidadania; Câmara dos Deputados; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Artigo 19; Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Sionificativo
3. Política de Acesso à			✓		✓						✓			✓						✓	

Objetivo do Compromisso:

O compromisso abordou questões de falta de resposta a solicitações de informações e o uso indevido de negações (por exemplo, o uso do argumento “informações classificadas”). O compromisso buscou melhorar a eficácia das solicitações de informações no nível federal e garantir o uso adequado das exceções. Pretendeu, igualmente, reformar as regras utilizadas para justificar a salvaguarda de informações classificadas.

Status

Intermediário: Limitado

O nível de conclusão do compromisso foi limitado e apresentou atraso. O governo completou o Marco 3.1 com a formulação de uma proposta preliminar de política em solicitações de acesso à informação. Os Marcos de 3.2 a 3.4 estavam em andamento. O governo definiu parâmetros para ambos, mas não enviou essas definições à sociedade civil para consulta, conforme originalmente planejado. O Marco 3.4, uma avaliação destinada a propósitos de capacitação, foi planejado, mas sua implementação estava pendente da aprovação de mudanças regulatórias. Os Marcos de 3.5 a 3.8 não foram iniciados.

Final: Substantial

Os Marcos 3.1 a 3.2 foram concluídos, e os Marcos 3.3 a 3.8 foram substancialmente concluídos. O nível de conclusão, assim, é substancial.

O Marco 3.2 envolveu a simplificação da estrutura de políticas de acesso à informação. Com base nas contribuições coletadas como parte do Marco 3.1, o Ministério da Transparência e Controladoria Geral do Brasil (CGU) escreveu um projeto de proposta para modificar o Decreto Presidencial 7.724/12. O ministério submeteu, então, a proposta ao Ouvidor-Geral da União (OGU) para liberação. Em vez de aprová-la, o OGU teceu dois importantes comentários. Em primeiro lugar, afirmou que a modificação proposta pela CGU exigiria uma votação legislativa e, portanto, exigiria mais que reescrever um decreto presidencial. Em segundo lugar, observou que já havia dois outros decretos presidenciais (os quais entrariam em vigor em meados de 2018) que resolveriam o problema com uma solução diferente. Também apontou que a nova legislação (Lei 13.460 /2017, Lei dos usuário dos serviços públicos da administração pública) poderia ser usada para apoiar a mudança regulatória necessária. Portanto, apesar da mudança de planos, o marco pode ser considerado alcançado, ainda que por um caminho diferente.

Os Marcos 3.3 a 3.8 foram substancialmente concluídos. Eles envolveram mudanças em 23 instituições executivas federais. No entanto, nem todos esses marcos foram concluídos até o final do período de implementação¹. O Marco 3.3 envolveu o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação, que o governo publicou² e aplicou a 18 instituições (Marco 3.4³). A avaliação fornecida pela CGU sobre outras instituições foi então submetida a resposta (Marco 3.5⁴), e uma resposta formal das instituições foi coletada e publicada online (11 das 18 instituições envolvidas⁵) (Marco 3.7). O governo publicou em seu site uma lista de todas as ações e ajustes realizados no final do processo (Marco 3.8⁶).

O Marco 3.6 envolveu a produção de diretrizes relacionadas à vida funcional do servidor público, e não foi concluído. O marco defendeu o desenvolvimento de recomendações sobre como os funcionários públicos das instituições federais devem divulgar informações

pessoais e públicas enquanto estiverem em exercício, mediante solicitações dos cidadãos. O relatório de monitoramento do compromisso considerou o marco como em desenvolvimento.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Grande

Os esforços do governo e da sociedade civil para monitorar a liberdade de solicitações de informação no Brasil são positivos. O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União promoveu a melhoria contínua desse serviço público, e as organizações da sociedade civil (OSCs), inclusive as envolvidas no compromisso, apoiaram a causa. O compromisso visava ir além, de modo a cocriar idéias com a sociedade civil. Duas propostas-chave foram elaboradas: uma estabeleceu um limite de tempo para que as agências governamentais respondam aos pedidos de informação e aos recursos. Outra estabeleceu regras mais estritas para negar o acesso à informação com base na cláusula de exceção “uso de informações classificadas”. O governo instituiu um prazo máximo para responder a pedidos e avaliou o cumprimento desse prazo pelas agências.

O compromisso também levou a respostas formais de agências governamentais sobre a adoção dos novos procedimentos relacionados a processos e a prazos máximos. Esse feedback foi percebido como uma conquista positiva do governo e dos representantes da sociedade civil que participaram da pesquisa do IRM. De fato, Marcelo Vidal (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) observou que as mudanças melhoraram o *status quo* em momentos críticos graças ao monitoramento mais eficaz das circunstâncias em que as instituições governamentais negavam acesso à informação. Joara Marchezini (da OSC Artigo 19) considerou os avanços relevantes, embora a mudança desejada devesse ter sido, na perspectiva dela, ainda mais profunda.

Seguiu adiante?

O governo não incluiu esse compromisso no quarto plano de ação nacional. O governo declarou que as agências restantes que não completaram o processo de revisão iriam completá-lo no futuro próximo. Também afirmou que o marco que faltava, sobre a divulgação de informações pessoais dos funcionários públicos enquanto no cargo, seria concluído até o final de 2018. O governo planejava publicar as informações no Portal da Transparência Federal.

1 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Controle de Monitoramento da OGP Brasil, <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Acesso-Informacao/Apresentacao/2018-22-jun-rse-3.pdf>.

2 Guia para Publicação do Rol de Informações Classificadas e Desclassificadas e de Relatórios Estatísticos sobre a Lei de Acesso à Informação, 20 de Setembro de 2017, <http://www.acessoinformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/guias-e-orientacoes/guia-informacoes-classificadas-versao-3.pdf>.

3 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Controle de Monitoramento da OGP Brasil, <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Acesso-Informacao/Apresentacao/2018-22-jun-rse-3.pdf>.

4 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Encaminha Ata de Reunião e Relatório de atendimento à Lei de Acesso à Informação, 24 de Julho de 2018, http://www.acessoinformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/politica-monitoramento/sei_cgu-0800650-oficio.pdf.

5 Ministério da Justiça, Relatório de Atendimento à Lei de Acesso à Informação, 20 de Agosto de 2018, <http://www.acessoinformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/politica-monitoramento/devolutiva-mj-publicacao.pdf>.

6 “Stock Report—2018”, Acesso à Informação, Governo Federal, <http://www.acessoinformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/politica-monitoramento/relatorio-parcial-de-aco-es-2018>.

4. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – Proteção a identidade de solicitantes de informação

Texto do compromisso:

Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação.

O compromisso pretende contribuir para a proteção do solicitante de acesso à informação. Além disso, busca realizar estudos jurídicos e comparativos internacionais, de forma a viabilizar um modelo de solicitação de informação pública compatível com a legislação vigente e que exponha de forma mínima os dados dos solicitantes, a fim de garantir a neutralidade no fornecimento das informações.

4.1 – Estudo jurídico

4.2 – Estudo comparativo internacional sobre como funciona a implicação da proteção da identidade do requerente

4.3 – Normativos (s) sobre tratamento de informações de solicitantes

4.4 – Definição dos “casos justificáveis”

4.5 – Revisão do processo para os casos em que cabe anonimamente e implementação no E-SIC

4.6 – Organizar abaixo assinado para proteger dados dos solicitantes, considerando os estudos indicados nesta ação

4.7 – Avaliação de resultados

Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Cidadania; Câmara dos Deputados; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União; Artigo 19; Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Julho 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
4. Política de Acesso à Informação - identidade de solicitantes			✓		✓						✓			✓					✓		

Objetivo do Compromisso:

O Compromisso 4 abordou a necessidade de proteger os dados pessoais dos solicitantes de informação pública. Tais dados pessoais podem ser usados pelo governo para negar a resposta a um pedido de informação ou para propósitos posteriores. O compromisso visava garantir que as informações pessoais dos solicitantes fossem protegidas sempre que possível. Isso pode prevenir o tratamento diferenciado e garantir uma política neutra de acesso à informação.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve um nível limitado de conclusão, e apresentou atraso. O governo concluiu os Marcos 4.1 e 4.2. Esses marcos envolveram um estudo legal sobre como ajustar a política do governo às necessidades do compromisso, e um estudo comparativo sobre a proteção das informações pessoais dos solicitantes. O Marco 4.4 estava em andamento, e envolvia regras sobre as informações dos solicitantes. O governo havia elaborado essas regras, mas o processo foi interrompido por uma unidade de consultoria jurídica. As regras estão sob revisão. Os outros marcos não haviam sido iniciados.

Final: Limitado

Os Marcos de 4.1 a 4.4 foram concluídos, ao passo que os Marcos 4.5 e 4.6 estão em andamento. O Marco 4.7 não foi concluído. O nível de conclusão, portanto, é limitado.

Os Marcos 4.3 e 4.4 envolveram uma alteração regulatória, com o fim de garantir a salvaguarda das informações pessoais dos requerentes. A alteração regulatória também detalharia os casos em que as informações pessoais dos solicitantes poderiam ser mantidas pelas autoridades públicas. Os marcos foram concluídos, mas o governo fez isso por meio de uma estratégia diferente. Originalmente, planejava-se modificar o Decreto Presidencial 7.724/12, que, conforme explicado no Compromisso 3, foi negado pelo Ouvidor-Geral da União (OGU). Assim como o Compromisso 3, o OGU sugeriu que a Lei 13.460/2017 – o Lei do usuário dos serviços públicos da administração pública, aprovado pelo Congresso em 2017 – continha disposições em seu Artigo 10 que poderiam ser usadas em favor do compromisso. O artigo trouxe disposições que tornaram possível salvaguardar as informações pessoais dos solicitantes¹.

Os Marcos 4.5 e 4.7 envolvem a fase de implementação, que inclui a atualização do processo de liberdade de informação, para proteger as informações pessoais dos solicitantes (4.5), e uma avaliação dos resultados do processo (4.7). Segundo o governo², a tarefa foi iniciada, porém não implementada. Ambos os marcos são, portanto, considerados como não alcançados.

O Marco 4.6 envolve uma petição ou estudo para apoiar a mudança regulatória necessária. Dado que o compromisso foi alcançado mediante um plano alternativo, o governo considerou o marco não necessário. Por isso, o pesquisador do IRM considera o marco nulo.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Marginal

Antes do início do compromisso, não era possível garantir que as informações pessoais dos solicitantes fossem protegidas. Como parte do compromisso, a estrutura legal para proteger as informações dos solicitantes mudou, mas a política não foi totalmente implementada. Apesar da conclusão limitada, representantes tanto do governo quanto da sociedade civil (Marcelo Vidal e Joara Marchezini, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da organização Artigo 19, respectivamente) consideram a contribuição relevante para o governo aberto.

Seguiu Adiante?

O compromisso não foi incluído no quarto plano de ação. O governo declarou que a implementação e a avaliação dos procedimentos para implementar os marcos restantes estão em andamento³. Dada a conclusão limitada do compromisso, é fundamental que o governo continue com a implementação da política e prossiga com a avaliação de seus resultados.

1 Presidência da República, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13460.htm.

2 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Acesso-Informacao/Apresentacao/2018-22-jun-rse-4.pdf>.

3 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

5. Efetividade de Mecanismos de Participação da Política Nacional de Participação Social

Texto do compromisso:

Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social.

O compromisso busca, essencialmente, definir maneiras de implementar iniciativas que permitam a evolução do atual modelo de participação social. Para tanto, será necessário disseminar o uso de ferramentas de transparência e de tecnologias digitais livres, principalmente no âmbito local, e desenvolver estratégias que promovam a transformação da participação social em ações de governo concretas e focadas nas necessidades dos cidadãos.

5.1 - Formação de GT com representantes da sociedade civil e governamental

5.2 - Levantamento de ferramentas de interação online e boas práticas do Sistema de Participação Social

5.3 - Hackatom para criar soluções de interação do cidadão com as plataformas de participação social

5.4 - Construção da estratégia de acompanhamento e monitoramento das ações dos mecanismos de P.S., proporcionando a socialização de informações e interação entre atores

5.5 - Definição da estrutura da plataforma única, bem como o teor das informações disponíveis

5.6 – Teste da Plataforma

5.7 - Consolidação da Plataforma

5.8 - Lançamento da Plataforma

Instituição responsável: Secretaria de Governo

Instituições de apoio: Secretaria de Governo; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Cidade Democrática Instituto Polis Universidade de Campinas; Conselho Nacional de Saúde.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Sionificativo
5. Mecanismos efetivos de participação social			✓			✓		✓		✓				✓				✓			
														✓							

Objetivo do Compromisso:

O governo federal oferece uma variedade de mecanismos para a participação pública, mas seu uso pela sociedade civil é escasso. Para resolver esse problema, o governo procurou integrar as ferramentas de participação online em uma única plataforma, de modo a fortalecer o Sistema de Participação Social (um conjunto de mecanismos participativos geridos pela Secretaria do Governo).

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada, e apresentou atrasado. O governo concluiu o Marco 5.1, o que envolveu a formação de um grupo de trabalho colaborativo. O Marco 5.2 estava em andamento. Ele abrange um inventário de ferramentas e de melhores práticas de sistemas de participação social, cuja publicação estava pendente. Os Marcos de 5.3 a 5.8 não haviam sido iniciados.

Final: Limitado

O governo concluiu o Marco 5.1; O Marco 5.2 está parcialmente concluído. Os Marcos de 5.3 a 5.8 não foram concluídos. O nível de conclusão, portanto, é limitado.

De acordo com as respostas do governo à pesquisa do IRM, a lista para o Marco 5.2 baseou-se em uma consulta interna com outras agências do governo. Nenhuma fonte pública foi fornecida. O governo informou em seu relatório de autoavaliação que completou a lista do inventário com a ajuda de outra agência governamental (Secretaria de Comunicações). Também observou que as melhores práticas foram incluídas na nova identidade padrão de comunicação digital do governo, publicada em 2018¹. O pesquisador do IRM consultou o portal mencionado e não encontrou evidências de melhores práticas. O portal não menciona a participação do público, e nenhuma diretriz específica sobre esses tópicos pode ser encontrada. O marco, portanto, é considerado não atingido.

O Marco 5.3 exige que um hackathon ocorra durante a implementação, para cocriar soluções em participação social. O governo considerou a atividade desnecessária, uma vez que ele definiu diretamente as ferramentas a serem implementadas na plataforma online. Por causa da alteração, que não foi formalmente comunicada como uma atualização do conteúdo do marco, o marco é considerado como não iniciado.

Os Marcos de 5.4 a 5.8 envolvem a implementação de maneiras de integrar os mecanismos de participação social aos sites do governo. O governo mencionou que um site piloto estava em construção, mas, ao final do período de implementação, nenhuma evidência do site poderia ser encontrada. Esses marcos, portanto, não foram alcançados.

Abriu o Governo?

Participação Cívica: não mudou

O problema identificado pelo compromisso envolveu a fragmentação de mecanismos de participação cívica disponíveis para os cidadãos revisarem sites do governo. O compromisso buscou promover oportunidades centradas no cidadão, para fortalecer o

Sistema de Participação Social. Por causa da conclusão limitada do compromisso, nenhuma mudança no *status quo* havia ocorrido até o final do período de implementação.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não foi transferido para o quarto plano de ação nacional. O governo declarou que um site piloto está em andamento e que um grupo de trabalho com a sociedade civil será criado em breve.

1 Governo Lança a Nova Identidade Padrão de Comunicação Digital. Governo Federal, <http://www.portaldpadrao.gov.br/noticias/governo-lanca-a-nova-identidade-padrao-de-comunicacao-digital>.

★ 6. Recursos Educacionais Digitais

Texto do compromisso:

Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais - RED no contexto da cultura digital.

O compromisso busca encontrar formas de incorporar, na política educacional, o potencial da cultura digital, fomentando o uso de recursos educacionais digitais. Neste sentido, o compromisso construído pretende vencer as dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura, formação de professores, produção de conteúdos e recursos digitais para estabelecer um novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de RED.

6.1 - Mobilização nacional, por meio de encontros regionais, para criar uma rede formada por pesquisadores, gestores, professores e empreendedores para gerar proposições de parâmetros de avaliação e processo de curadoria descentralizada

6.2 – Rede formada

6.3 - Rede elabora proposições de parâmetros de avaliação e curadoria

6.4 - Plataforma de avaliação e disponibilização de um conjunto de recursos educacionais digitais plurais e diversos, dando prioridade aos que permitem uso, reuso e/ou adaptação

6.5 - Apresentar proposta de novo modelo de aquisição para consulta pública

Instituição responsável: Ministério da Educação

Instituições de apoio: Ministério da Educação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Secretaria de Educação do Ceará; Secretaria de Educação do Acre; Ação Educativa; Centro de Inovação para Educação Brasileira EducaDigital; Veduca Instituto Natura.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Junho 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final	Abriu o Governo?					
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
6. Recursos educacionais digitais 🌟				✓	✓	✓		✓				✓			✓	✓					✓

Objetivo do Compromisso:

Esse compromisso teve como objetivo fomentar o uso de recursos educacionais digitais. Isso seria alcançado com o estabelecimento de um novo modelo para avaliar, comprar,

promover e distribuir Recursos Educacionais Abertos (REA). "REA" amplamente refere-se a materiais educativos utilizados para ensino, aprendizagem e pesquisa em qualquer meio – digital ou não. Esse novo modelo poderia abordar a atual falta de infraestrutura, de treinamento, de produção de conteúdo e de material digital referente aos REA. Esses materiais residem no domínio público ou foram liberados sob uma licença aberta que permite o livre acesso, uso, adaptação, e redistribuição com restrições limitadas ou sem restrições¹.

Status

Intermediário: Substancial

O compromisso teve conclusão substancial, e estava dentro do cronograma. O governo concluiu os Marcos 6.1–6.3. O governo havia se envolvido em uma mobilização nacional para o estabelecimento de uma rede participativa. Essa rede desenvolveu benchmarks de avaliação e um processo de seleção descentralizado para produzir, selecionar e avaliar recursos educacionais digitais (Marcos 6.1 e 6.2). O governo também apresentou uma versão preliminar da metodologia para analisar e curar materiais educacionais digitais (Marco 6.3). O Marco 6.4 estava em andamento. O governo havia empreendido a criação de uma plataforma com recursos educacionais digitais e tinha a expectativa de mensurar algum aumento de uso. O Marco 6.5 não havia sido iniciado.

Final: Completo

O governo completou todos os marcos até o final do prazo.

O Marco 6.4 envolve a entrega de uma plataforma de avaliação de recursos educacionais abertos (REA) e a liberação de diversos recursos educacionais digitais. A plataforma digital² foi iniciada durante o lançamento de um amplo programa de políticas para promover o uso de conectividade e de ferramentas digitais nas escolas (Decreto Presidencial 9.204/17)³. O site permite que os usuários pesquisem materiais de REA, cursos online de REA e coleções criadas pelo governo e/ou cidadãos. Já existem 28.000 materiais REA na plataforma⁴. Os planos futuros incluem permitir que os usuários façam upload de seus próprios materiais de REA e tenham seus uploads selecionados por outros especialistas em educação.

O Marco 6.5 apela ao governo para que escreva um novo modelo de aquisição de materiais de REA e submeta esse esboço para consulta pública. O material foi criado, e a consulta foi realizada em pelo menos duas audiências públicas⁵. Ambas as audiências apresentaram feedback positivo dos cidadãos⁶.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Excelente

Participação Cívica: Relevante

O compromisso visava transformar o amplo apoio a recursos educacionais abertos (REA) para alterar políticas e compartilhar materiais de REA. A comunidade REA apoiou o projeto. Essa comunidade inclui não apenas membros do governo, mas também grupos da sociedade civil que, desde 2008, abrigam a rede REA.br. A rede representa uma das primeiras iniciativas no Brasil para promover a educação aberta e o uso de recursos educacionais abertos⁷.

As realizações do compromisso incluem não apenas um mandato legal para que o governo adquira materiais de REA nas escolas, mas também evidências das seguintes contribuições-chave para abrir o governo: (a) os fundos do governo têm sido alocados para comprar REA. Essa aquisição constitui o maior pedido de compra de recursos educacionais

abertos em 2019. A compra beneficia diretamente mais de 100.000 escolas e 29 milhões de estudantes⁸. (b) Os fundos do governo foram alocados para investir ainda mais na plataforma REA. Esse investimento inclui 4 milhões de reais (cerca de US\$ 1 milhão), para permitir que os usuários façam upload de conteúdo e tenham seu material avaliado por educadores e por outros especialistas⁹. (c) Foram estabelecidas parcerias com mais de 15 portais do setor privado e de organizações da sociedade civil (OSC), para distribuir materiais de REA às suas próprias redes de educadores e de estudantes¹⁰. (d) O governo promoveu a cocriação de entregas e de oportunidades com as OSCs¹¹. Esse esforço incluiu a hospedagem de um grupo de trabalho ativo, que se reunia regularmente.¹² (e) O governo também promoveu a experiência brasileira no exterior e coletou as melhores práticas de REA em fóruns internacionais¹³.

Havia outras evidências dos resultados do compromisso: o governo elaborou uma disposição política para promover o uso de licenças comuns criativas em materiais educacionais e o financiamento de bolsas de pesquisa com recursos públicos¹⁴. Ele criou melhores práticas e diretrizes para que educadores e estudantes possam entender como promover práticas de REA em suas instituições¹⁵. O governo também elaborou um decreto presidencial que associa o uso de REA à conectividade e ao uso da internet nas escolas¹⁶.

O progresso no acesso à informação pode ser classificado como excelente, com a consideração de que os avanços em dados abertos no governo envolveram uma mudança cultural. Essa mudança incluiu a redução do custo de disponibilizar informações de serviço público aos cidadãos (por exemplo, materiais educacionais estão disponíveis online por padrão e podem ser reeditados por educadores conforme necessário). A mudança também envolveu a abertura de dados na educação por padrão. O novo *status quo* faz que a agenda da transparência avance (por exemplo, processos abertos tornam-se a regra, e não a exceção, no que se refere à forma de entrega o serviço público). A evidência da mudança de paradigma inclui a alocação de um orçamento para investir em REA, em vez de materiais com direitos autorais (e não distribuídos gratuitamente online). Evidências também são demonstradas pelo uso de mecanismos cívicos de participação e de fóruns de cocriação, para promover o uso desses recursos.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não foi transferido para o próximo plano de ação. A área geral do compromisso não foi incluída como uma das principais áreas de consulta no novo plano de ação. Essa omissão pode indicar que a cultura do governo aberto está bem implementada neste caso, já que os atores do governo e da sociedade civil têm trabalhado em REA desde 2003¹⁷.

1 Center for Educational Research and Innovation, Giving Knowledge for Free: The Emergence of Open Educational Resources, 2007, <https://www.oecd.org/edu/ceri/38654317.pdf>.

2 Plataforma Mec, Recursos Educacionais Digitais, <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/home>.

3 Presidência da República, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm.

4 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Recursos%20Educacionais%20Digitais/Pagina-Inicial/2018-20-jun-rse_6.pdf.

5 Audiência Pública—PNLD 2019, 22 de Junho de 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=r-EVSTsDAgQ>; e Câmara dos Deputados, 51447 *Reunião de Comparecimento de Ministro*, 5 de Setembro de 2018, <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/documentos-1/notas-taquigraficas/09-05-18-comparecimento-de-ministro-ministro-da-educacao-rossieli-soares-da-silva/view>.

6 PNLD 2019 com REA—Audiência Pública, Google *Froups*, email exchange on their mailing list, Junho de 2017, <https://groups.google.com/forum/#!topic/rea-lista/eYkMqjK3ZEI>.

7 Open Education Initiative, <http://www.rea.net.br/site/historia/>.

8 EducaDigital, <http://www.educadigital.org.br/site/rea-avanca-em-acoes-no-mec/>.

9 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Recursos%20Educacionais%20Digitais/Pagina-Inicial/2018-20-jun-rse_6.pdf.

10 Plataforma MEC, <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/sobre>.

11 UNESCO Open Education Chair, “Here Come the Largest Open Education Action in Brazil,” EducaDigital, 2 de Outubro de 2016, <http://www.educadigital.org.br/site/vem-ai-a-maior-acao-de-educacao-aberta-do-brasil/>.

-
- 12 “MEC Realiza 1a Reunião do GT de REA”, Open Education Initiative, <http://aberta.org.br/mec-realiza-1a-reuniao-do-gt-de-rea/>.
- 13 Marineli Joaquim Meier, Henrique Oliveira Silva, Aline Fornari, e Giseli Campos Gaioski Leal, “Recursos Educacionais Abertos: Revisão Integrativa do II Congresso Mundial de REA”, *Inc.Soc., Brasília, DF* 10, no. 1 (2016): 84–104, <http://revista.ibict.br/inclusao/article/viewFile/4174/3645>.
- 14 “MEC Publica Portaria sobre Recursos Educacionais Abertos”, Open Education Initiative, <http://aberta.org.br/mec-publica-portaria-sobre-recursos-educacionais-abertos/>.
- 15 “Como Implementar uma Política de Educação Aberta”, Open Education Initiative, <http://educadigital.org.br/guiaEA/>.
- 16 “Estratégia Digital Brasileira Destaca Recursos Educacionais Abertos (OER)”, Open Education Initiative, <http://aberta.org.br/estrategia-digital-brasileira-destaca-recursos-educacionais-abertos-rea/>.
- 17 “Definição dos Temas—4o Plano de Ação”, Portal da Transparência, http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/copy_of_3o-plano-de-acao-brasileiro/definicao-dos-temas.

7. Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde

Texto do compromisso:

Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil

O compromisso pretende ampliar e aprimorar, de forma contínua, os dados abertos em saúde, considerando que isso exige um grande esforço para melhoria da coleta, da validação e da disseminação dos dados, além do desenvolvimento de tecnologias adequadas. Não só serão ampliados os números de indicadores e informações voltados à gestão e à geração de conhecimentos no âmbito da Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/Ministério da Saúde, como também serão disponibilizadas, de forma ativa, as informações apresentadas pelo Ministério como resposta aos questionamentos dos cidadãos nos últimos 4 anos.

7.1 - Coleta dos pedidos respondidos (2012 a 2015)

7.2 - Análise e categorização dos pedidos (estruturados – SAGE - ou não – FAQ)

7.3 - Análises dos sistemas para hospedagem da plataforma

7.4 - Estabelecer fluxo de alimentação da plataforma

7.5 - Alimentar a plataforma (e/ou SAGE)

7.6 - Divulgação da plataforma

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituições de apoio: Ministério da Saúde Ministério Público Federal Fundação Oswaldo Cruz; Companhia de Planejamento do Distrito Federal; Secretaria Municipal de Saúde do Amazonas; Associação Brasileira de Saúde Coletiva Universidade Federal de Minas Gerais Universidade de Brasília; Artigo 19; Centro Brasileiro de Estudos em Saúde Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Outubro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
7. Dados Abertos em Saúde				✓	✓			✓			✓			✓				✓			

Objetivo do Compromisso:

O compromisso visava ampliar a quantidade de registros de dados abertos e melhorar os indicadores para gerenciar e planejar os serviços de saúde. Especificamente, o governo planejou publicar as respostas aos pedidos de acesso à informação nos últimos quatro anos. Essa informação seria publicada em uma plataforma de transparência. O governo também planejou aumentar o número de indicadores e a quantidade de dados utilizados para decisões estratégicas.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada e apresentou atraso. Os Marcos 7.1 e 7.3 foram iniciados. Eles envolvem dados coletados para análise de solicitações de informação de 2012 a 2015 (7.1). Apesar da coleta de informações, o governo não avançou. O atraso nesses marcos também comprometeu a conclusão da análise e a categorização dos pedidos de informação (7.2). O Marco 7.2, assim, também mostrou conclusão limitada. O governo não iniciou os Marcos de 7.4 a 7.6.

Final: Limitado

O governo reportou a conclusão dos Marcos 7.1 e 7.2. Existem, entretanto, informações públicas limitadas para validar a conclusão dos marcos. Os Marcos de 7.3 a 7.5 estão em andamento, com implementação limitada. O Marco 7.6 não foi concluído. O compromisso, portanto, tem status de conclusão limitado.

O Marco 7.1 envolveu a coleta de respostas a solicitações de informações de 2012 a 2015, e o governo declara que concluiu a tarefa. O banco de dados não está publicado, mas, com base em reuniões de implementação, há evidências de que quase 200.000 solicitações de informações foram incluídas no banco de dados¹.

O Marco 7.2 envolveu a análise e a categorização de solicitações de informações. O governo argumentou que nenhuma metodologia estava disponível internamente para concluir a tarefa. Afirmou, também, que foi estabelecido um convênio com uma universidade pública (Universidade Federal de Minas Gerais), com o objetivo de realizar a tarefa, a qual foi executada. O pesquisador do IRM não pôde verificar independentemente o conteúdo do contrato. O governo, no entanto, menciona a atividade na implementação de monitoramento de notas da reunião².

Os Marcos 7.3 a 7.5 envolveram o aprimoramento de uma importante plataforma governamental de saúde (digiSUS)³, a fim de substituir as atividades estratégicas e operacionais desenvolvidas em outro portal (Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE). O novo portal do digiSUS Gestor⁴ foi projetado para utilizar dados com o objetivo de promover o planejamento, a análise e o monitoramento de indicadores do sistema de saúde. O Marco 7.3 envolveu uma pré-análise dos requisitos necessários para o lançamento do portal. O governo afirma que esse estágio foi concluído⁵, mas não há fonte pública para validar essa conclusão. Os Marcos 7.4 e 7.5 envolvem um sistema de alimentação automatizada de dados para inserir informações na plataforma, e o governo disse que esses marcos estão parcialmente completos⁶. O pesquisador do IRM acessou o portal. Há três tarefas principais: planejamento, análise e monitoramento. A seção de monitoramento ainda está inativa. A seção de planejamento possui vários indicadores com dados desatualizados (por exemplo, a última informação disponível é de 2015). A seção de análise tem uma área

temática (a saber, mortalidade). Não há nenhum método para baixar os dados ou analisá-los. No entanto, a plataforma fornece gráficos.

O Marco 7.6 envolve o lançamento da plataforma. Há evidências da promoção da nova plataforma em uma conferência municipal de saúde pública⁷ e em reuniões do governo⁸. O pesquisador do IRM, porém, não encontrou evidências de um grande lançamento de plataforma.

No relatório intermediário, o governo mencionou que havia atualizado os marcos do compromisso. Como os marcos não foram submetidos à OGP como atualizações, eles não estão sob avaliação neste relatório. Os marcos que deveriam ser atualizados envolviam (a) provisão para abertura de conjuntos de dados relacionados a duas populações vulneráveis (Quilombolas e populações indígenas) e (b) o lançamento de uma plataforma colaborativa com os dados. O último relatório de monitoramento de implementação do compromisso também incluiu um terceiro objetivo: associar esses dados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas⁹. O pesquisador do IRM observa que alguns avanços no compromisso foram feitos. Eles foram ora incluídos no sistema SAGE, ora mencionados como realizações lideradas pelo governo que não puderam, independentemente, ser verificadas.

Abriu o Governo?

Acesso à informação: não mudou

O compromisso visava ampliar a quantidade de registros de saúde como dados abertos e melhorar os indicadores para gerenciar e planejar os serviços de saúde. Os marcos do compromisso relacionados ao planejamento não puderam ser verificados independentemente. A plataforma lançada como parte do compromisso não possui dados atualizados. Dados semelhantes já foram incluídos no site anterior da Sala de Suporte à Gestão Estratégica. Dessa forma, o compromisso não mudou as práticas do governo. Além disso, nenhuma contribuição da sociedade civil foi recebida, ou pôde ser encontrada, para avaliar as contribuições do compromisso.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não foi incluído no quarto plano de ação nacional. A área geral do compromisso (a saber, dados abertos sobre saúde e transparência) não foi incluída como uma das principais áreas de consulta no plano de ação seguinte¹⁰. Com relação à implementação dos marcos incompletos, o governo afirmou que o portal do digiSUS Gestor será concluído. O governo igualmente mencionou que a análise dos pedidos de liberdade de informação será concluída em parceria com uma universidade pública¹¹.

1 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/saude/saude/2018-21-junho-rse_7.pdf

2 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

3 Ministério da Saúde, Portal do Governo Brasileiro, [http://portalms.saude.gov.br/busca?ordering=newest&limit=20&areas\[0\]=contenttags&searchword=DigiSUS](http://portalms.saude.gov.br/busca?ordering=newest&limit=20&areas[0]=contenttags&searchword=DigiSUS).

4 DigiSUS Gestor, Saúde, <http://digiSUS.saude.gov.br/gestor/#/>.

5 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

6 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

7 "Programação", Congresso Nacional, <https://www.conasems.org.br/congresso/programacao.php>.

8 Ministério da Saúde, 3ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite/2018, 22 de Março de 2018, <https://goo.gl/FHHSSW>.

9 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

10 "Definição dos Temas", Portal da Transparência, http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/copy_of_3o-plano-de-acao-brasileiro/definicao-dos-temas.

11 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

8. Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional

Texto do compromisso:

Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão

O compromisso busca, essencialmente, disponibilizar uma base de dados nacional, em formato aberto e gerada a partir de inspeções realizadas por diversos atores no sistema prisional, que não somente promova a melhoria dos trabalhos de coleta, gestão e organização de dados e informações sobre o sistema penitenciário brasileiro, mas também que seja capaz de fornecer subsídios de qualidade para a efetiva participação social.

8.1 - Mapear atores do GT e articular sua constituição

8.2 - Instituir GT com atribuição de definir formulário padrão e banco de relatório de inspeção, considerando especificidades institucionais

8.3 - Promover consulta pública sobre os campos do formulário

8.4 - Desenvolvimento e implementação das melhorias

8.5 - Lançamento do Sistema

8.6 - Mobilização, engajamento de outras entidades para integrar o sistema

8.7 - Capacitação das instituições sobre inspeções

Instituição responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Instituições de apoio: Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos; Direitos Humanos; Conselho Nacional de Justiça; Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura Universidade de Brasília; Pastoral Carcerária; Associação de Juízes pela Democracia Associação para Prevenção da Tortura.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidades				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo			
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Bom
8. Prevenção da tortura no sistema prisional				✓	✓	✓		✓				✓		✓				✓		
														✓						

Objetivo do Compromisso:

O sistema penitenciário no Brasil carece de um sistema de dados centralizado, atualizado e coerente. O compromisso visava implementar um sistema de inspeção prisional computadorizado, de formato aberto e integrado que o público pudesse acessar. O compromisso também exigia a participação da sociedade civil no desenvolvimento e no gerenciamento do sistema.

Status

Intermediário: Limitado

O governo fez um progresso limitado nesse compromisso, e este apresentou atraso. Os Marcos 8.1–8.4 haviam começado na metade do período, mas com progresso limitado. O governo mapeou os principais intervenientes, para formar um grupo de trabalho (8.1), mas não criou o grupo (8.2). O governo submeteu um documento com filtros de coleta de dados para consulta pública (8.3). O processo de consulta, porém, foi limitado e não obteve muito feedback. Quanto ao desenvolvimento e à implementação do sistema (8.4), o governo publicou um convite para apresentação de propostas, a fim de selecionar uma organização da sociedade civil para ajudar, mas não recebeu nenhum candidato para aplicar-se a isso. Os demais Marcos (8.5 a 8.7) não foram iniciados.

Final: Limitado

Os Marcos 8.1–8.2 e 8.6 estão em desenvolvimento, com implementação limitada. Os Marcos restantes (8.3 –8.5 e 8,7) não foram iniciados. O compromisso, portanto, alcançou conclusão limitada.

Conforme declarado pelo governo no relatório de monitoramento, os Marcos 8.3, 8.4, 8.5 e 8.7 não foram iniciados, e o pesquisador do IRM não pôde encontrar evidências de conclusão.

Os Marcos 8.1 e 8.2 envolveram o mapeamento de atores-chave e o estabelecimento do grupo de trabalho. No Relatório Intermediário, o governo declarou essa tarefa como completa. Apesar disso, representantes da sociedade civil definiram a tarefa como tendo conclusão limitada. O governo não respondeu à pesquisa de IRM e, com base em buscas na internet, não foi encontrado nenhum registro público das reuniões do grupo de trabalho.

O Marco 8.6 envolve atividades de engajamento e de mobilização para integrar as tarefas. O governo lançou um convite para apresentação de propostas em setembro de 2017¹, a fim de selecionar e de coordenar a organização da sociedade civil que seria dedicada a essa tarefa. A proposta oferecia alta remuneração (600.000 reais), mas após três tentativas, nenhum concorrente foi selecionado².

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Não Mudou
Participação Cívica: Não Mudou

Por causa da implantação limitada do compromisso, as atividades associadas ao mesmo não puderam ser avaliadas. Dessa forma, nenhuma mudança no *status quo* pode ser atribuída às atividades realizadas durante o período de implementação.

Seguiu Adiante?

O governo não levou este compromisso para o novo plano de ação nacional. Nenhum tema diretamente relacionado a esse compromisso foi incluído nas principais áreas abertas para consulta do novo plano. Uma vez que a conclusão do compromisso é limitada, é fundamental que o governo avance para lançar e implementar o sistema integrado. Isso requer, em particular, que o governo encontre um novo parceiro para fornecer o formulário padronizado e o banco de dados do relatório de inspeção.

1 “Depen Lança Edital de Chamamento Público para Inovação e Abertura de Dados nas Inspeções Prisionais”, Ministério da Justiça, Governo Federal do Brasil, 22 de Outubro de 2018, <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/depen-lanca-edital-de-chamamento-publico-para-inovacao-e-abertura-de-dados-nas-inspecoes-prisionais-1>.

2 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/tortura/Apresentacao/2018-16-julho-rse_8.pdf.

9. Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos

Texto do compromisso:

Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade

O compromisso se relaciona com a melhoria da gestão pública e da prestação de serviços públicos, no âmbito do Governo Federal, por meio da criação e da disseminação de ferramentas e métodos inovadores. Com base nesta perspectiva, prevê-se o fortalecimento das iniciativas de inovação aberta no setor público por meio da consolidação de uma rede que abra espaço para o trabalho colaborativo e transparente entre governo e sociedade

9.1 - Construção de manifesto da Rede de Inovação com a participação da sociedade (oficinas + consulta online)

9.2 - Promover e apoiar atividades (uma por semestre) de formação, troca de experiências e disseminação de boas práticas (4 atividades)

9.3 - Capilarização da Rede de Inovação (comunicação) – (ativação, mobilização e engajamento)

9.4 - Sistematizar as formas de interação da sociedade com a Administração Pública nos processos de inovação

9.5 - I Encontro da Rede de Inovação com a sociedade civil (manifesto, iniciativas) – (eventos simultâneos regionais)

9.6 - Consolidar uma plataforma para: registrar experiências de inovação existentes, disponibilizar repositório de ferramentas, processos e metodologias de fácil acesso

9.7 - II Encontro da Rede

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Min Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministério da Justiça e Cidadania; Escola Nacional de Administração Pública Secretaria de Governo; Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Fundação Getúlio Vargas/DAPP Ceweb.br; Agenda Pública Wenovate Bruna Santos; Universidade de São Paulo/COLAB.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
9. Espaços de inovação para gestão de serviços públicos			✓		✓					✓					✓				✓		
																✓					

Objetivo do Compromisso:

O compromisso visava abordar a falta de apoio coerente para a inovação no governo, de modo a expandir práticas de inovação aberta no setor público, com o envolvimento de múltiplas partes interessadas. O governo procurou estabelecer uma rede aberta dentro do serviço público por meio da colaboração com a sociedade civil. O governo esperava que a rede criasse e promovesse ferramentas e métodos inovadores para a gestão pública e para a prestação de serviços públicos no nível federal.

Status

Intermediário: Substancial

O compromisso apresentou conclusão substancial. Os Marcos 9.1–9.7 estavam em andamento. Eles incluíram a publicação de um manifesto de inovação (9.1), que estava em consulta final. Esses marcos também incluíram quatro atividades de treinamento (9.2), que foram parcialmente concluídas, e atividades de conscientização entre seus pares da rede (9.3). As atividades de conscientização estavam em andamento e programadas para durar até o final do compromisso. Os Marcos 9.4 –9.6 foram menos específicos, o que dificultou sua avaliação detalhada. O Marco 9.4 envolveu a consolidação de um portal que documenta iniciativas e ferramentas inovadoras existentes. O Marco 9.5 se referia à organização de um evento *in loco*, com representantes de diferentes estados e cidades, e o Marco 9.6 se referia à publicação de uma biblioteca de documentos. A maioria das atividades do marco se estenderam, ao longo do cronograma, para o compromisso inteiro. O Marco 9.7, que envolvia a reunião da II Rede de Inovação, foi concluído em novembro de 2017, durante o segundo ano de implementação.

Final: Completo

O governo completou todos os marcos.

O Marco 9.1 envolveu a publicação de um manifesto de inovação em 2018, em seu congresso que acontece anualmente¹.

O Marco 9.2 envolveu a implementação de quatro atividades de treinamento, para trocar experiências e disseminar as melhores práticas². O governo concluiu três dessas atividades antes do relatório intermediário. As atividades de treinamento remanescentes foram concluídas conforme o planejado em 2018. Nessas atividades, atores de diferentes setores receberam treinamento e compartilharam experiências de trabalho com práticas de inovação no setor público³.

O Marco 9.3 envolveu atividades regulares de comunicação sobre o site do projeto. Essa tarefa foi concluída. O blog, em particular, recebeu contribuições regulares da sociedade e de uma ampla gama de instituições governamentais civil durante todos os meses em 2018⁴.

Os Marcos 9.4 e 9.6 foram menos específicos, o que dificultou a avaliação do seu status de conclusão. O Marco 9.4 teve como objetivo sistematizar a interação da sociedade civil com o funcionalismo público, ao passo que o Marco 9.6 envolveu a consolidação de um portal que documenta iniciativas e ferramentas inovadoras existentes. O pesquisador do IRM, entretanto, encontrou evidências de atividades completas em ambos os casos. O pesquisador do IRM tinha acesso à biblioteca de projetos, a biblioteca de ideias⁵ e a atividades de grupos de trabalho⁶, à conta do Twitter com 2.100 seguidores⁷, e a um grupo do WhatsApp com 200 usuários.

O Marco 9.5 envolveu a organização da I Encontro InovaGov, e o Marco 9.7 envolveu uma segunda edição do mesmo evento, que ocorreu em outubro de 2017, conforme programado⁸.

Abriu o Governo?

Participação Cívica: Marginal

O compromisso visava abordar a falta de apoio coerente para a inovação no governo, de modo a expandir práticas abertas de inovação no setor público, com o envolvimento de múltiplas partes interessadas. O governo procurou estabelecer uma rede aberta dentro do serviço público por meio da colaboração com a sociedade civil. No final do cronograma do compromisso, a rede atualizada incluía 59 membros institucionais, 28% dos quais provinham da sociedade civil. Declarações públicas vieram, por exemplo, do BrasilLab⁹ e da Associação Brasileira de Lawtech e LegalTech¹⁰. A comunicação entre os membros da rede é frequente e aberta. Essa comunicação indica que uma contribuição para a participação cívica na inovação pública foi alcançada (quando comparada com o *status quo* anterior, em que não existia participação cívica periódica e planejada).

Seguiu Adiante?

O governo não incluiu esse compromisso no quarto plano de ação nacional. A rede, no entanto, ainda está ativa. O evento anual de 2018 ocorreu em novembro daquele ano¹¹.

1 Izabel Garcia, “No Balanço da Rede”, InovaGov, 1o de Março de 2018, <http://inova.gov.br/no-balanco-da-rede-inside-story/>.

2 “Projeto InovaGov—Colaboratório (1o Encontro)”, InovaGov Rede de Inovação no Setor Público, Canal Youtube, 22 de Março de 2018, <https://www.youtube.com/watch?v=pCIAJ51e8Y>.

3 InovaGov, <https://www.ena.gov.br/index.php/pt/noticias/inovagov-evento-bola-na-rede-debate-sobre-qualidade-do-servico-na-administracao-publica>.

4 Talita Dantas, “Abertas as Inscrições para Realizadores de Oficinas”, InovaGov, 21 de Agosto de 2018, <http://inova.gov.br/abertas-as-inscricoes-para-realizadores-de-oficinas/>.

5 Josivania Farias, “Young, Bold, Hard Working, Ambitious and Likes Encouragement: Her Name Is ... ‘Start Up’”, InovaGov, 22 de Junho de 2019, <http://inova.gov.br/publicacoes/>.

6 “Grupos,” InovaGov, <http://inova.gov.br/grupos/>.

7 Página do Twitter do InovaGov, <https://twitter.com/InovaGovBr>.

8 “Semanas de Inovação” InovaGov, <http://inova.gov.br/semanas-de-inovacao/>.

9 “Por que o Brasil Precisa das Startups e de um Governo Digital”, BrasilLab, 26 de Outubro de 2018, <https://brasillab.org.br/noticias/por-que-o-brasil-precisa-das-startups-e-de-um-governo-digital>.

10 “Inovação em Governo: um Esporte Coletivo”, AB2L, 7 de Setembro de 2018, <https://www.ab2l.org.br/inovacao-em-governo-um-esporte-coletivo/>.

11 “Serviço Público para o Futuro”, Governo do Brasil, <http://www.planejamento.gov.br/semana>.

10. Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos

Texto do compromisso:

Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria

O compromisso buscou encontrar mecanismos para aumentar a divulgação de informações sobre as políticas e os serviços públicos e, em paralelo, desenvolver e aprimorar métodos e instrumentos de avaliação, promovendo a participação social de forma mais efetiva, com vistas a enfrentar dois grandes problemas: i) a desarticulação entre governo e sociedade civil e ii) a carência de informações por parte dos cidadãos

10.1 - Plataforma para inventário e metodologia, com manual, sobre como fazer isso

10.2 - Definição do escopo do conteúdo - realizar reunião para levantar escopo da pesquisa junto à sociedade sobre conteúdo de avaliação

10.3 - Realizar levantamento e análise de requisitos de funcionalidade para implantação de mecanismos de avaliação no Portal de Serviços

10.4 - Órgãos incluírem as informações no Portal, conforme metodologia/padrão estabelecido

10.5 - Implantação - esforço conjunto entre MP e sociedade civil para desenvolver funcionalidade no Portal e biblioteca para aplicações abertas (conteúdo que necessita ser discutido na funcionalidade)

10.6 - Divulgação - trabalho conjunto com a sociedade civil para promover ações de divulgação

10.7 - Disponibilizar mecanismo de avaliação pelo usuário e divulgar resultados

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União; Agência Nacional de Telecomunicações Secretaria de Governo; Ministério da Justiça e Cidadania; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Instituto de Defesa do Consumidor MariaLab; Reclame Aqui Proteste Microsoft.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
10. Avaliação e simplificação de serviços públicos			✓		✓	✓		✓		✓				✓		✓			✓		

Objetivo do Compromisso:

Esse compromisso visava melhorar a prestação de serviços públicos por meio do aumento acessibilidade, a fim de rever os serviços públicos online, e por meio do aumento do uso dessas ferramentas pelos cidadãos. Para atingir esses objetivos, o governo comprometeu-se a desenvolver um inventário de serviços online fornecidos pelo executivo federal. Em particular, o governo reuniria informações sobre ferramentas disponíveis, para que os cidadãos avaliassem a prestação de serviços públicos. O governo também se comprometeu a implementar mudanças para facilitar o fornecimento de feedback pelos cidadãos sobre a experiência do serviço público.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada e apresentou atraso. Os Marcos 10.1 e 10.2 foram concluídos mediante a implantação de uma plataforma para o inventário e as metodologias envolvidas no compromisso (10.1). O escopo do conteúdo do site também foi definido (10.2). O Marco 10.3 estava em andamento, e envolveu pesquisas baseadas em funcionalidades necessárias para a plataforma. Os Marcos 10.4-10.7 não haviam sido iniciados.

Final: Completo

Todos os marcos foram concluídos.

Os Marcos 10.3–10.5 envolveram atividades internas relacionadas à liberação do portal. O pesquisador do IRM não encontrou nenhuma evidência pública de entrega além das declarações dos funcionários do governo¹. O Marco 10.3 envolveu a pesquisa e a análise necessárias para a implementação do portal. O Marco 10.4 envolveu a adição de conjuntos de dados de serviços públicos e de suas agências ao portal, e o Marco 10.5 envolveu a implementação do portal.

O pesquisador do IRM não pôde verificar as informações de conclusão diretamente. É possível, ainda assim, inferir que as etapas foram executadas em alguma medida. Os indicadores do portal apontam que 1.751 serviços estão incluídos para o acesso dos cidadãos², e o pesquisador do IRM testou cinco deles. As informações exibidas são, conforme previsto, um resumo das informações relacionadas a cada serviço, com o tempo estimado de resposta e os principais pontos de entrada de contato. Também há acesso simplificado para relatar problemas ou solicitações relacionadas a cada ferramenta, um serviço fornecido pelo sistema de ouvidoria do ramo executivo, e-OUV.

O Marco 10.6 envolveu a promoção da plataforma entre os usuários. O pesquisador do IRM encontrou evidências de uma campanha de comunicação dentro dos foros de notícias do governo. O governo menciona, no relatório de monitoramento, que uma campanha menor foi promovida nas mídias sociais. Uma vez que o marco, conforme descrito, não define o tamanho ou o alcance da campanha planejada, o marco é considerado completo.

O marco 10.7 envolve tornar públicas as avaliações dos usuários e criar uma página única da Web no portal dedicada a exibir indicadores de tal uso³. No portal também é possível classificar as instituições de acordo com o índice de satisfação e outras variáveis, como o número de feedbacks dos usuários (864) e o tempo médio de resposta (atualmente 59 dias).

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Marginal
Participação Cívica: Marginal
Responsabilidade Pública: Marginal

O compromisso visava melhorar o serviço público por meio da facilitação para o fornecimento de feedback online pelos cidadãos sobre a prestação de serviços públicos. Para atingir esse objetivo, o governo realizou um inventário dos serviços online do Poder Executivo Federal e centralizou os canais para os cidadãos classificarem e avaliarem a prestação de serviços públicos.

No que se refere aos avanços no acesso à informação, a informação apresentada no portal está mais organizada e centralizada, o que levou a uma melhoria marginal na transparência.

Quanto aos avanços na participação cívica, a melhoria é marginal, porém evidente. De acordo com Joelson Vellozo (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que é o principal órgão responsável pela conclusão dos marcos), a capacidade dos cidadãos de avaliar mais facilmente os serviços do governo e de usar melhores serviços de feedback constitui um grande avanço na entrega de serviço público. Apesar disso, o pesquisador do IRM observou que apenas 864 opiniões de usuários haviam sido recebidas até então, do total de 1.751 serviços incluídos no portal. Também foi observado que o feedback se referia a apenas 24% dos serviços analisados. Um impacto mais considerável, portanto, exigiria um uso mais amplo, pelos cidadãos, das ferramentas de participação cívica disponíveis.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não foi incluído no quarto plano de ação. Apesar disso, o site principal associado ao compromisso, servicos.gov.br, tem sido atualizado constantemente desde o seu lançamento. Essa atualização indica que o compromisso pode ser realizado pelo governo sem uma ligação direta com a agenda da OGP.

1 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/avaliacao/reuniao_meio%20ambiente/2018-23-junse-10.pdf.

2 “Painel de Serviços do Governo Federal”, Governo do Brasil, <https://www.servicos.gov.br/painel>.

3 “Painel de Serviços do Governo Federal”, Governo do Brasil.

11. Inovação Aberta e Transparência no Legislativo

Texto do compromisso:

Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas

O compromisso busca a soma de esforços de diferentes atores, entre os quais parlamentares, servidores e sociedade civil, para a fomentar ações de governo aberto nos parlamentos. Entre as primeiras iniciativas de trabalho estão previstas a realização de mapeamento de ferramentas, práticas e normas que poderiam compor um repositório de informações e a elaboração de um guia para orientação acerca de diretrizes e competências

11.1 - Mapeamento de ferramentas, práticas e normas elegíveis para o repositório

11.2 - Elaboração de guia contendo conceito, diretrizes, processos, governanças e competências

11.3 - Integração e divulgação de tecnologias e conteúdos selecionados para o repositório ao Interlegis e seus produtos

11.4 - Promoção de ações de divulgação e capacitação sobre os produtos específicos do repositório

11.5 - Criação e divulgação de programa de mensuração e premiação do desempenho das Casas na adoção de práticas de Transparência e Participação

11.6 - Realização e Divulgação de Conferência Anual de Parlamento Aberto

Instituição responsável: Câmara dos Deputados

Instituições de apoio: Câmara dos Deputados Senado Federal Interlegis; Câmara Municipal de São Paulo; Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Transparência Internacional Labhacker São Paulo; Instituto de Fiscalização e Controle; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
11. Transparência legislativa e inovação aberta			✓		✓			✓		✓				✓				✓			

Objetivo do Compromisso:

Esse compromisso visava melhorar o nível de transparência nas casas legislativas. Especificamente, o compromisso envolveu a criação e a publicação de um repositório para as ferramentas do Parlamento Aberto. Essa tarefa criaria um programa para medir e atribuir práticas de transparência e de participação na legislatura. O compromisso também envolveu a realização de uma Conferência Anual de Parlamento Aberto.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada e apresentou atraso. Os Marcos 11.1–11.3 estavam em andamento. O mapeamento de materiais elegíveis para o repositório (11.1), a elaboração de diretrizes (11.2), e o estabelecimento do repositório (11.3) foram iniciados. Esses elementos, no entanto, não foram divulgados. De acordo com o relatório de autoavaliação do governo, esses elementos estavam nos estágios iniciais. Os Marcos 11.4–11.6 foram planejados, porém não foram iniciados, ou sequer planejados.

Final: Substancial

Os Marcos 11.1–11.4 foram concluídos. Os Marcos 11.5–11.6 estão em andamento e têm apresentado conclusão substancial. O compromisso, portanto, alcançou uma conclusão substancial.

Os Marcos 11.1 e 11.2 envolveram o mapeamento de conteúdo para um repositório de ferramentas, de práticas e de padrões (11.1), e o lançamento do material (11.2). O governo publicou o material¹, que incluía exemplos de duas casas legislativas: o Senado Nacional e a Casa Legislativa do Estado de Minas Gerais. Os Marcos incluíam diretrizes, ferramentas e tecnologia cívica disponíveis para promover, por exemplo, atividades de prestação de contas, exercícios participativos, e um código de conduta ético. O Marco 11.3 envolveu a disseminação do conteúdo desenvolvido como parte dos marcos anteriores, assim como um programa governamental de governo aberto (a saber, Interlegis). O governo lançou um site², e continha materiais de fácil utilização sobre Parlamento Aberto. O Marco 11.4 envolveu atividades de disseminação, que foram realizadas principalmente em eventos como o Encontro Nacional de Governo Aberto, liderado pelo governo (2017)³, a Conferência da UNALE (Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) (2018)⁴, e eventos legislativos municipais⁵.

Os Marcos 11.5 e 11.6 são considerados parcialmente concluídos. O primeiro envolveu um programa de mensuração e de premiação referente aos padrões do Parlamento Aberto. O governo informou que esse programa e os prêmios fazem parte do programa governamental Interlegis⁶, que não é público e, como tal, não pôde ser validado diretamente pelo pesquisador do IRM. O Marco 11.6 envolveu a realização de uma Conferência Anual do Parlamento Aberto. O governo menciona, no relatório de monitoramento, que participou de dois eventos, nos quais apresentou os resultados do compromisso. Essas apresentações, entretanto, são diferentes da atividade exigida no compromisso: organizar uma conferência especificamente sobre o Parlamento Aberto.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Não Mudou

O compromisso visava melhorar o nível de transparência nas casas legislativas. Especificamente, o compromisso envolveu a criação e a publicação de um repositório para ferramentas de Parlamento Aberto (o que foi concluído) e a criação de um programa que mede e premia transparência (o que não foi concluído). Também convocou a organização de uma Conferência Anual do Parlamento Aberto (o que não foi concluído). O pesquisador do IRM não encontrou evidências claras da participação da sociedade civil no compromisso. Isso confirma comentários do relatório de monitoramento de implementação do governo de que sobretudo instituições governamentais estavam envolvidas no processo.

Uma vez que não há evidências de que outras casas legislativas adotam as melhores práticas projetadas e promovidas como parte do compromisso, os impactos sobre o governo aberto não são claros além daquele de organizar informações importantes relacionadas à transparência legislativa. O coordenador do Compromisso 14 (Rodrigo Correa Ramiro, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) afirmou que acessou e começou a usar a ferramenta Wikilegis⁷. A utilização pelo coordenador serve como evidência de como outras agências foram incentivadas a promover uma agenda governamental aberta.

Seguiu Adiante?

O governo não levou esse compromisso adiante para o novo plano de ação. Os membros do Legislativo, no entanto, pressionaram para incluir um compromisso que envolva transparência legislativa.

1 “Guia Parlamento Aberto”, Parlamento Aberto, https://www.parlamentoaberto.leg.br/biblioteca/Guia_Parlamento_aberto.pdf/view.

2 Parlamento Aberto, <https://www.parlamentoaberto.leg.br/>.

3 “Câmara Participa do 2o Encontro Nacional de Governo Aberto”, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 27 de Novembro de 2017, <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/releases/27-11-17-camara-participa-do-2o-encontro-nacional-de-governo-aberto>.

4 Camila Ferreira, “UNALE em Ação: O Encontro sobre Governança Pública nos Parlamentos”, UNALE, 2018, <http://unale.org.br/novo/unale-em-acao-aberto-o-encontro-sobre-governanca-publica-nos-parlamentos/>.

5 “Eventos”, Sympla, https://www.sympla.com.br/10-engitec---parlamentos-do-futuro_368262.

6 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/parlamento/reuniao_meio%20ambiente/2018-22-jun-rse_11.pdf.

7 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, <http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/consulta-publica-pda>

12. Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios

Texto do compromisso:

Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios.

O objetivo principal deste compromisso é ampliar o conhecimento dos atores estratégicos das instâncias governamentais subnacionais e das organizações da sociedade civil sobre ferramentas de governo aberto. Com base nesta perspectiva, a ação pactuada pretende disseminar boas práticas em governo aberto já implementadas em estados e municípios e estimular o desenvolvimento colaborativo de instrumentos voltados ao fortalecimento da participação social.

12.1 - Realizar um levantamento de programas e experiências governamentais e não governamentais de promoção ao governo aberto, com mais participação da sociedade civil

12.2 - Desenhar um conjunto de ações e ferramentas que contemplem todos os princípios de governo aberto com participação da sociedade

12.3 - Aplicar Piloto com a participação da sociedade civil

12.4 - Ajustes formais das ações e ferramentas com participação da sociedade civil

12.5 - Realização de Seminário por governo e sociedade civil para apresentar soluções e ferramentas a gestores e pactuar ações por meio de Termo de Adesão

12.6 - Divulgação parcial do nível de implementação do programa

12.7 - Balaço da apropriação das ferramentas de governo aberto

Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Secretaria de Governo Interlegis; Ministério Público Federal; Governo do Estado do Mato Grosso Governo do Distrito Federal Prefeitura de São Paulo; Instituto de Fiscalização e Controle Meu Município; Observatório Social de Brasília Transparência Internacional; Rede pela Transparência e Participação Social; Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
12. Governo aberto nos estados e municípios			✓		✓	✓		✓		✓				✓					✓		
															✓						

Objetivo do Compromisso:

O governo aberto no nível federal tem avançado independentemente dos níveis estadual e municipal. Assim, esse compromisso visava ao compartilhamento das melhores práticas do governo aberto federal com os governos estaduais e locais, bem como com organizações da sociedade civil. Para tanto, um kit de ferramentas deveria ser desenvolvido e testado em algumas administrações subnacionais. Depois que o kit de ferramentas fosse aprimorado com base na experiência anterior, ele seria promovido para uma adoção mais ampla.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada e estava dentro do cronograma. Os Marcos 12.1 e 12.2 foram concluídos. Eles envolviam um inventário de políticas governamentais abertas (12.1) e o estabelecimento de um conjunto de ações e de ferramentas (12.2). O governo iniciou o Marco 12.3 (implementação de um projeto piloto), mas não o implementou. Os marcos 12.4– a 12.7 não haviam sido iniciados.

Final: Substancial

Os Marcos 12.1–12.4 foram concluídos, ao passo que o governo considerou os Marcos 12.5–12.7 desnecessários. O compromisso, portanto, é considerado substancialmente concluído.

A implementação de um projeto piloto com a participação da sociedade civil (Marco 12.3) foi concluída. A cidade escolhida foi Afogados da Ingazeira (37.000 habitantes), no estado de Pernambuco¹, e o trabalho começou em novembro de 2017. O programa concentrou-se em um seminário e na promoção de ferramentas de governo aberto.

O Marco 12.4 também foi concluído. Envolveu ajustes formais de ações e ferramentas para iniciativas legislativas de governo aberto, com participação da sociedade civil. Com base na revisão do piloto, o governo criou o programa Pacto pela Transparência, Integridade e Participação Cívica. O esforço inclui um programa de quatro anos para revisar as ferramentas de transparência (por exemplo, o portal de transparência da cidade) e estabelecer responsabilidade corporativa (por exemplo, aumento dos requisitos do contrato para alocar recursos públicos a fornecedores do setor privado). Para participar, os municípios assinam um termo com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. O pesquisador do IRM encontrou evidências de que as cidades começaram a fazê-lo em meados de 2018². Como Larissa do Espírito Santo Andrade (do Ministério da Transparência, Controladoria-Geral da União) comentou, o governo começou a preparar o programa em outubro de 2017, antes do início do plano de ação. Santo observou que durante a implementação, a principal melhoria foi aprender como superar as deficiências relacionadas a este e a outros pilotos anteriormente implementados.

O governo não concluiu os Marcos 12.5–12.7 e removeu-os do plano de ação. Mas, dado que essa atualização não foi submetida à OGP, o pesquisador do IRM teve que avaliá-las como parte do compromisso. O governo também decidiu incluir o programa do pacto como parte do compromisso. Uma vez que essa mudança tampouco foi submetida à OGP, o pesquisador do IRM não pôde avaliá-la. Ainda assim, o pesquisador do IRM considerou o pacto como evidência da conclusão do marco 12.4.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Não Mudou

Participação Cívica: Marginal

O *status quo* anterior ao compromisso envolveu a falta de conhecimento de ferramentas de governo aberto entre os atores estratégicos de órgãos governamentais subnacionais e de organizações da sociedade civil. A implementação desse compromisso constitui um primeiro passo, embora limitado, para a disseminação de conhecimento e de boas práticas em nível subnacional. Os resultados do piloto, por exemplo, são limitados – como afirma Larissa do Espírito Santo Andrade (do Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria-Geral da União) – apesar das melhorias no planejamento e na entrega do serviço de política no nível da cidade durante o piloto.

O evento em Afogados da Ingazeira levou a resultados positivos, como a criação do programa do Pacto pela Transparência, Integridade e Participação Cívica. Os governos locais começaram a assinar o pacto até meados de 2018. O evento, no entanto, circunscreveu-se a apenas um governo local específico, com um tamanho populacional pequeno, e ainda não foi amplamente realizado. Deve-se notar que o programa do pacto incluiu o feedback da sociedade civil para o desenvolvimento de conteúdo como parte dos Marcos 12.1 e 12.2, e os aprendizados dos Marcos 12.3 e 12.4. Dado que o pacto aperfeiçoou o acesso a ferramentas de informação (a exemplo do Sistema Eletrônico de Serviços de Informação ao Cidadão) e diretrizes de participação cívica, o compromisso poderia eventualmente melhorar a cultura de governo aberto.

Seguiu Adiante?

O governo não incluiu esse compromisso no quarto plano de ação nacional. Ainda assim, um compromisso no próximo plano de ação que busca fortalecer o acesso às práticas de informação nos níveis estadual e municipal está indiretamente ligado ao tema principal desse compromisso.

1 Ministério da Transparência Controladoria-Geral, *Governo Aberto com a Participação da Sociedade*, 1o de Novembro de 2017, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/afogados-de-ingazeira.pdf>.

2 “Prefeitura de Navegantes vai Aderir ao Pacto de Integridade, Transparência e Participação Social da CGU” Notícias, Prefeitura de Navegantes, 10 de Julho de 2018, <http://www.navegantes.sc.gov.br/noticia/12083/prefeitura-de-navegantes-vai-aderir-ao-pacto-da-integridade-transparncia-e-participao-social-da-cgu>.

13. Transparência e Inovação no Judiciário

Texto do compromisso:

Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral

O compromisso ambiciona melhorar o desempenho do Tribunal Superior Eleitoral por meio da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos Tribunais Regionais Eleitorais até o ano de 2017. A iniciativa visa a garantir maior celeridade, transparência e segurança na tramitação dos processos judiciais e administrativos, representando, ainda, uma ferramenta relevante para a promoção da transparência

13.1 - Articular a forma de viabilizar a entrega os marcos previstos no planejamento

13.2 - Ações de comunicação integrada para a mobilização e sensibilização dos usuários internos e externos quanto ao uso do sistema

13.3 - Capacitação dos atores envolvidos

13.4 - Entrega da infraestrutura necessária para hospedar o sistema

13.5 - Identificar dados com potencial para mitigar os problemas enfrentados nas implantações, de forma a assegurar a harmonia das futuras implantações

Instituição responsável: Tribunal Superior Eleitoral

Instituições de apoio: Tribunal Superior Eleitoral Advocacia-Geral da União Defensoria Pública da União; Procuradoria-Geral Eleitoral; advogados e cidadãos.

Data de início: Outubro 2016

Data de término: Dezembro 2017

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
13. Transparência e inovação no judiciário			✓		✓			✓		✓					✓				✓		

Objetivo do Compromisso:

Os tribunais eleitorais regionais do Brasil são acometidos pela morosidade no tratamento dos processos, pela burocracia excessiva durante os mesmos, pela falta de acesso em tempo oportuno aos materiais dos processos, e pelo potencial de problemas de segurança. O compromisso buscava aumentar a eficiência dos tribunais eleitorais por meio da utilização de processos judiciais eletrônicos em nível estadual.

Status

Intermediário: Substancial

A maioria dos marcos do compromisso foi substancialmente concluída, mas sua conclusão estava atrasada. O governo completou os Marcos 13.1 e 13.2. Estes envolveram a articulação de uma maneira para iniciar a implementação do compromisso (13.1) e atividades para mobilizar e sensibilizar os usuários internos e externos (13.2). Os Marcos 13.3 e 13.4 envolveram a condução de treinamentos das partes interessadas e a entrega da infraestrutura necessária, respectivamente, e foram iniciados, porém não concluídos. O Marco 13.5 não foi iniciado.

Final: Substancial

O governo completou os Marcos 13.1–13.4. O Marco 13.5 não foi concluído. O compromisso pode ser considerado substancialmente concluído.

No geral, o compromisso visava a implementação de processos judiciais eletrônicos em tribunais eleitorais regionais. O último relatório de monitoramento da implementação do compromisso afirmou que a atividade foi realizada em 22 estados¹. Dessa forma, cinco estados não participaram (Amazonas, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins).

O pesquisador do IRM encontrou evidências de treinamentos de partes interessadas (13.3)² e de conclusão da infraestrutura para hospedar o sistema (13.4)³. Não há evidências da conclusão do Marco 13.5 (identificar dados com problema de entrega). Nenhum representante do governo ou da sociedade civil participou da pesquisa do IRM sobre essa tarefa. A informação não pôde ser encontrada online, e o relatório de monitoramento intermediário menciona a tarefa como concluída, mas não fornece detalhes⁴.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Marginal

O compromisso visava aumentar a eficiência da justiça eleitoral mediante a utilização de processos judiciais eletrônicos em nível estadual. O relatório intermediário observou que o uso geral do sistema ainda era baixo. Esta tendência se manteve até o final do período de implementação. O estado do Espírito Santo, por exemplo, não registrou nenhum processo, ao passo que um significativo número foi encontrado no Paraná, com 572 casos⁵.

O sistema tem o potencial de aumentar o acesso à informação se o processo judiciário for digitalizado e mais pesquisável, compartilhável e acessível, e se a informação não estiver restrita apenas àqueles envolvidos no processo legal. Ainda assim, as condições acima mencionadas não são as mesmas que tornar as informações públicas por padrão. Ou, como afirma a Organização Artigo 19 no relatório de intermediário, não está claro como o compromisso melhora diretamente a transparência da justiça eleitoral.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não está incluído no quarto plano de ação nacional. O plano não inclui nenhum compromisso diretamente relacionado ao poder judiciário.

¹ Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2018-16-fev-rse_13.pdf.

2 “Portal de Educação a Distância do TSE”, Tribunal Superior Eleitoral, <https://educacao.tse.jus.br/course/index.php?categoryid=91>.

3 “Sistema de Informação Eleitoral (SIEL)”, Tribunal Regional Eleitoral, <http://www.tre-sp.jus.br/servicos-judiciais/informacoes-eleitorais-siel/sistema-de-informacoes-eleitorais-siel>.

4 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

5 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

14. Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal

Texto do compromisso:

Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos

O compromisso busca alternativas para ampliar a participação social e melhorar sua atuação no processo de formulação e gestão do Plano Plurianual, considerado a principal ferramenta de planejamento do Governo Federal. Assim, pretende viabilizar a realização de um monitoramento participativo do PPA, com foco nas agendas transversais e nas metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o uso de ferramentas digitais

14.1 - Formular a proposta de metodologia de monitoramento participativo do PPA, especialmente das agendas transversais e das metas e objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)

14.2 - Aperfeiçoar ferramentas digitais para acompanhamento da implantação de metas e objetivos do PPA e dos ODS

14.3 - Criar estratégia de comunicação para ampliar o acesso/uso das ferramentas digitais de monitoramento do PPA

14.4 - Realizar a prestação de contas da implementação do PPA por meio do Fórum Interconselhos (1 por ano)

14.5 - Realizar a prestação de contas da implementação do PPA por meio de audiências públicas temáticas digitais (2 por ano)

14.6 - II Encontro do Fórum Interconselhos

14.7 - II Rodada de Audiências Digitais

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Ministério da Educação Secretaria de Governo; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto de Estudos Socioeconômicos Rede Urbana de Ações Socioculturais Open Knowledge Brasil; Rodas da Paz.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Junho 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
14. Participação no ciclo de planejamento federal				✓	✓			✓	✓					✓		✓					✓

Objetivo do Compromisso:

O Plano Plurianual (PPA) é a principal ferramenta de planejamento do governo federal. O processo dura quatro anos e tem prazos e processos específicos. Em função da complexidade envolvida nisso, o nível de participação cívica durante o processo é baixo. O compromisso visava mudar isso por meio da facilitação da inscrição das organizações da sociedade civil no processo e do engajamento das mesmas em todas as etapas do processo de PPA. Isso está previsto para ser feito por meio do aperfeiçoamento e da consolidação de métodos de participação social no PPA.

Conforme descrito pelo IRM no Relatório de Progresso de 2016–2017, em 2011 o governo tentou incluir a participação cívica no PPA em nível federal. Apesar disso, tanto o governo quanto a sociedade civil sentiram que a tentativa alcançou sucesso limitado. Atualmente, o governo executa o PPA 2016–2019, implementado durante o plano de ação, em meio a uma crise econômica e a uma redução de despesas. Dessa forma, a participação da sociedade civil em sua implementação é percebida como crítica. O governo, então, visa maximizar a participação social durante as fases de implementação e de monitoramento do PPA. Espera-se que tal maximização, por sua vez, aumente a vigilância da sociedade civil nos processos do PPA.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada, e sua conclusão estava atrasada. O Marco 14.1 foi concluído, e envolveu a elaboração de uma metodologia de monitoramento. Os Marcos 14.2 e 14.3 foram iniciados, e envolveram o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento digital e o estabelecimento de uma estratégia de comunicação para expandir o acesso a essas ferramentas. Os marcos restantes não haviam sido iniciados.

Final: Substancial

Os Marcos 14.1-14.4 foram concluídos, ao passo que os Marcos 14.5 e 14.7 foram parcialmente concluídos. O Marco 14.6 não foi concluído. O compromisso, portanto, foi substancialmente concluído.

O Marco 14.1 envolveu o desenvolvimento de uma metodologia participativa. O marco, embora já concluído, foi prorrogado durante o período do plano de ação. O governo incluiu uma descrição detalhada do processo no relatório de monitoramento da implementação¹. Isso serviu como diretriz a ser utilizada no período do Plano Plurianual (PPA) de 2020-2023. Também incluiu um mapeamento de fases para envolver a sociedade civil no processo e uma estratégia para convidar organizações da sociedade civil (OSCs) a participar. Englobou, igualmente, tarefas específicas a serem realizadas pelo governo para promover o engajamento cívico associado a processos burocráticos essenciais, além de oportunidades disponíveis para contribuições externas. Conforme afirmou a representante da sociedade civil (Neidi Alves Dias de Sordi, Open Knowledge Brasil), um piloto da metodologia foi utilizado no período do PPA de 2016-2019, o que incluiu 11 agências executivas federais.

O Marco 14.2 envolveu o aprimoramento de ferramentas digitais utilizadas para monitorar o PPA. Esse marco foi concluído. As ferramentas aprimoradas incluem o “PPA Mais Brasil” (antes conhecido como “PPA Cidadão²”), que permite aos usuários acompanhar os programas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Goals

- SDGs) no PPA. A Open Knowledge Brasil relatou que o governo atualizou o “PPA Mais Brasil” e que relançou o “Meu PPA”³. As ferramentas incluem instruções sobre como participar do processo de monitoramento do PPA e como monitorar todas as atividades. Os cidadãos podem selecionar programas, objetivos, metas e iniciativas em todos os sistemas orçamentários para rastrear, vincular e acompanhar despesas. O sistema também permite que os usuários enviem comentários relacionados ao PPA.

O Marco 14.3 envolve uma estratégia de comunicação para aumentar o uso de ferramentas digitais. O governo se engajou na promoção das ferramentas. Apesar disso, essa divulgação restringiu-se a organizações da sociedade civil e a organizações governamentais. Como Neidi De Sordi destacou, a participação geral no compromisso limitou-se a instituições especializadas do governo e da sociedade civil. O relatório de monitoramento da implementação menciona vários eventos liderados pelo governo em que as ferramentas do PPA foram promovidas a partir de janeiro de 2018 em diante⁴. Estes incluem apresentações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento⁵ (SIOP) e o portal da Agenda 2030⁶.

O Marco 14.4 envolveu a apresentação da responsabilidade da implementação no Fórum Interconselhos. O evento ocorreu em novembro de 2017, com foco particular no papel da participação cívica nas relatorias do processo⁷ e na inclusão da participação das OSCs.

Os Marcos 14.5 e 14.7 envolveram a continuidade do engajamento de audiências públicas temáticas digitais, com duas por ano. Esses marcos foram removidos durante as reuniões de monitoramento da implementação, com a aprovação da sociedade civil. Em seu lugar, sugeriu-se fortalecer o processo de feedback da metodologia desenvolvida e fortalecer o monitoramento dos ODS.

O Marco 14.6 não foi concluído. Envolveu a continuação da Reunião do Fórum Interconselhos, a qual teve de ser adiada para depois do período eleitoral, em função da Lei Eleitoral. Isso fez que o prazo para sua entrega ficasse fora da ação conforme consta no relatório de acompanhamento da implementação⁸.

Abriu o Governo?

Participação cívica: Excelente

O compromisso visava aumentar a participação cívica no desenvolvimento e na implementação do Plano Plurianual (PPA, principal ferramenta de planejamento do governo federal). O compromisso envolveu a consolidação de métodos de participação social no PPA, o que incluiu o uso de tecnologia e ferramentas digitais. A implementação do compromisso teve um feedback positivo tanto do governo (Daniel Pitangueira de Avelino, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Rodrigo Correa Ramiro do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), quanto de um representante da sociedade civil (Neide Alves Dias De Sordi, da Open Knowledge⁹). Ramiro argumentou que o PPA e que o sistema de monitoramento são fundamentais para o avanço de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e afirmou a importância da participação cívica no processo.

Ramiro também observou que a introdução de uma metodologia participativa previamente ao início do desenvolvimento dos documentos de planejamento orçamentário constitui a principal contribuição do compromisso para a participação cívica. A ferramenta “Meu PPA”, por exemplo, permite que os usuários definam suas próprias prioridades e enviem comentários aos formuladores de políticas. Há também uma institucionalização dos resultados da participação, na medida em que existe uma vinculação dos resultados do mecanismo de participação ao interconselho (no qual participam representantes da sociedade civil, do governo e dos ministérios). Neide Alves Dias De Sordi apoiou isso, e acrescentou dois argumentos. Em primeiro lugar, Sordi observou que a participação da

sociedade civil no processo era estruturada, organizada e eficaz. Em segundo lugar, Sordi afirmou que a participação da sociedade civil ainda estava restrita a algumas poucas organizações especializadas.

A Open Knowledge Brasil também fez uma publicação sobre os resultados e a revisão do processo¹⁰. O governo argumentou que a metodologia estava sendo usada no planejamento do próximo PPA (2020–2023). O próximo PPA deverá ser adotado pelo próximo governo e submetido ao Congresso para revisão até agosto de 2019. O compromisso resultou em mudanças notáveis nas práticas de governo aberto. Há casos verificados de institucionalização de metodologias e de métodos de participação cívica (que incluem a adoção da especialização em outras administrações estaduais¹¹). Além disso, sob o *status quo* anterior, não existia nenhum mecanismo claro de participação, e havia engajamento ineficaz de organizações da sociedade civil no processo do PPA.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não foi transferido para o quarto plano de ação. O novo plano não inclui um tema diretamente relacionado ao processo do Plano Plurianual. Não obstante, há evidências de que o processo de monitoramento continuará a ser implementado no próximo período do PPA, 2020–2023¹². O relatório de monitoramento também menciona que as ferramentas digitais serão estendidas a outros sistemas de monitoramento, como o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento¹³, uma das principais ferramentas orçamentárias da administração pública.

1 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/copy_of_participacao/reuniao_meio%20ambiente/2018-22-junho-rse_14.pdf.

2 “PPA Cidadão,” Governo do Brasil, <https://opacidade.planejamento.gov.br/sitioPPA/>.

3 Neide De Sordi, “O Compromisso 14 do 3o Plano de Ação da Parceria para Governo Aberto (OGP)”, Open Knowledge Brasil, 2 de Março de 2018, <https://br.okfn.org/2018/03/02/o-compromisso-14-do-3o-plano-de-acao-da-parceria-para-o-governo-aberto-ogp/>.

4 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Relatório de implementação da OGP.

5 Portal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/cnods-lanca-plano-de-acao-2017-2019>

6 Plataforma Agenda 2030, <http://www.agenda2030.com.br/>.

7 PPA 2016–2019, <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/monitoramento-participativo/revista-relatorio-forum-interconselhos-copia2-6.pdf>.

8 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

9 O levantamento conduzido pelo pesquisador do IRM recebeu uma contribuição adicional de uma fonte anônima, proveniente de um autodeclarado representante do governo. A contribuição foi crítica do compromisso. Como a fonte de informação não pôde ser verificada, os fatos apresentados foram considerados e verificados pelo pesquisador do IRM, mas as opiniões sobre a contribuição (os fatos que não puderam ser validados independentemente) foram desconsideradas.

10 Elza Maria Albuquerque, “Compromisso 14 do 3o Plano de Ação da Parceria para o Governo Aberto (OGP)”, Open Knowledge Brasil, 2 de Março de 2018,

<https://br.okfn.org/2018/03/02/o-compromisso-14-do-3o-plano-de-acao-da-parceria-para-o-governo-aberto-ogp/>.

11 “PPA Anexo II”, <http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/03-ANEXO-II.pdf>.

12 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

13 O sistema de monitoramento pode ser acessado pelo link a seguir. Ressalta-se, no entanto, que o site não possui uma chave de criptografia, sendo, assim, considerado “inseguro” pela maioria dos navegadores: <https://www.siof.planejamento.gov.br/siof/>.

15. Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente

Texto do compromisso:

Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente

O compromisso busca aprimorar os mecanismos de transparência ativa na área de meio ambiente, bem como avançar na construção de espaços para uma maior interação entre os setores do governo e da sociedade civil, com vistas à construção de ações mais efetivas para a disponibilização de informações ambientais em maior quantidade e qualidade.

15.1 – Sociedade apresenta contribuições ao Plano de Dados Abertos

15.2 – Instituições apresentam: documento- síntese do que foi implementado em transparência, seus planos estratégicos de compromissos em transparência e status do Plano de Dados Abertos

15.3 – Sociedade civil apresenta expectativas de informações/formatos a serem disponibilizados (survey)

15.4 – Evento para consolidar informações e construir ações conjuntas e consolidar um grupo de monitoramento

15.5 – Gerar documento- síntese com ações, responsáveis e prazos (para o próximo ano)

15.6 – Execução das ações definidas

Instituição responsável: Ministério do Meio Ambiente

Instituições de apoio: Ministério do Meio Ambiente; Conama; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Serviço Florestal Brasileiro; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; World Wild Fund; Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura Imaflora; Infoamazônia Imazon; Observatório do Código Florestal.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Sionificativo
15. Transparência ambiental				✓	✓	✓		✓		✓				✓					✓		

Objetivo do Compromisso:

Esse compromisso visava melhorar os mecanismos de transparência ativa em questões ambientais – em particular, licenças ambientais, desmatamento, e conservação florestal. O compromisso exige a participação da sociedade civil. O governo espera estabelecer um diálogo entre departamentos governamentais e organizações da sociedade civil. O compromisso também envolve a identificação de desafios, de oportunidades e de demandas com relação à abertura de conjuntos de dados ambientais.

Há uma necessidade crescente de dados abertos sobre o meio ambiente no Brasil. Por exemplo, a legislação criou o conjunto de dados abertos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 2012, mas o governo divulgou o conjunto de dados em 2016¹. O CAR, um conjunto de dados de transparência ativa, identifica todas as propriedades rurais no Brasil e fornece informações importantes sobre o seu impacto ambiental. A sociedade civil considera o conjunto de dados essencial para mapear desmatamentos e demais fenômenos². Com base no conjunto de dados do CAR, por exemplo, um estudo de 2017 mostrou que os proprietários rurais fizeram pouco para reverter seu impacto socioambiental nos últimos anos³. Motivado pelas demandas da sociedade civil, o compromisso visava construir a publicação de conjuntos de dados como o CAR.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada e apresentou atrasado. O governo completou o Marco 15.1. O compromisso envolveu a publicação, pelo governo, das contribuições da sociedade civil para o Plano de Dados Abertos Ministerial. O Marco 15.2 estava em andamento. Envolveu a redação de um resumo de iniciativas atuais, de compromissos estratégicos, e do status do plano de dados abertos. O restante dos marcos não havia sido iniciado.

Final: Substancial

Os Marcos 15.1 a 15.4 foram concluídos. O Marco 15.5 não foi concluído. O status do compromisso, assim, é de substancialmente concluído.

De acordo com o relatório de monitoramento da implementação, o governo completou todos os marcos do compromisso⁴. Os documentos não estão disponíveis online, mas o pesquisador do IRM entrevistou um representante da sociedade civil que apresentou os documentos para verificação (Renato Morgado, do IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola). Ainda assim, outro membro da sociedade civil declara: “Os marcos foram entregues, mas tinham baixa especificidade” (Joara Marchezini, do Artigo 19).

O Marco 15.2 envolveu um artigo de síntese, com uma visão geral do que foi implementado e do que foi concluído. Nenhum documento desse tipo pôde ser encontrado online. Apesar disso, o plano de dados abertos publicado anteriormente⁵ resultou em uma lista de demandas e de sugestões enviadas pela sociedade civil aos funcionários do governo. Essa lista foi encaminhada ao pesquisador do IRM por um membro da sociedade civil que participou do processo. A lista incluiu tarefas detalhadas, bem como uma análise pormenorizada das informações coletadas como parte do Marco 15.1.

O Marco 15.3 envolveu uma pesquisa apresentada pela sociedade civil sobre as expectativas dos dados e o formato dos mesmos. Esta tarefa foi concluída. Nenhuma pesquisa foi encontrada online, porém o representante da sociedade civil enviou o documento ao pesquisador do IRM para verificação. Esse documento contém uma lista detalhada de atividades (mais de 20 tarefas, distribuídas em cinco áreas de análise), cuja implementação é sugerida pela sociedade civil.

O Marco 15.4 envolveu um evento que promoveu as informações e as atividades consolidadas. Um evento sobre dados abertos e relacionado ao compromisso ocorreu em abril de 2018⁶. Um representante da sociedade civil informou ao pesquisador do IRM que o evento se concentrava em discutir o conteúdo do Marco 15.5.

O Marco 15.5 envolveu outro artigo de síntese. O pesquisador do IRM não conseguiu encontrar esse documento online, porém o mesmo foi submetido a revisão por um representante da sociedade civil. O documento é um seguimento do Marco 15.3 e inclui a proposição de um cronograma de implementação. Também inclui uma troca de comunicação entre o governo e a sociedade civil, além de detalhes sobre a implementação de solicitações de dados abertos sobre questões específicas, desde padrões técnicos até a abertura de conjuntos de dados.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Marginal **Participação Cívica: Marginal**

Esse compromisso visava melhorar os mecanismos de transparência para questões ambientais e promover oportunidades de dados abertos com base na participação de organizações da sociedade civil. A representante da sociedade civil Joara Marchezini, do Artigo 19, afirmou que o compromisso promoveu o governo aberto ao incentivar uma interação entre o governo e a sociedade civil que não existia antes. O processo levou à abertura de novos conjuntos de dados e a oportunidades de participação cívica. Marchezini também argumenta que o compromisso foi adiado e que promoveu, principalmente, pequenos passos em transparência e em participação.

Seguiu Adiante?

O governo não incluiu esse compromisso no quarto plano de ação nacional. Apesar disso, o plano de ação inclui o compromisso de aumentar a transparência e o engajamento cívico no planejamento, além da implementação de políticas de mudanças climáticas.

1 “Governo Divulga Dados do Cadastro de Imóveis Rurais,” Portal Brasil, 29 de Novembro de 2016, <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2016/11/governo-divulga-dados-do-cadastro-de-imoveis-rurais>.

2 Bruno Calixto, “Por que dados ambientais como o cadastro ambiental rural devem ser públicos”, *ÉPOCA*, 1 de Janeiro de 2017, <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/01/por-que-dados-ambientais-como-o-cadastro-ambiental-rural-devem-ser-publicos.html>.

3 Phillippe Watanabe, “Cadastro de Propriedade Rural não Impede Desmate nem Incentiva Restauo”, *Folha de S.Paulo*, 3 de Julho 2017, <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/07/1898079-cadastro-de-propriedade-rural-nao-impede-desmate-nem-incentiva-restauo.shtml>.

4 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2018-11-abr-rse_15.pdf.

5 “Plano de Dados Abertos”, Ministério da Economia, <http://www.planejamento.gov.br/tema/governo-aberto/plano-de-dados-abertos-pda>

6 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*.

16. Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura

Texto do compromisso:

Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a gestão da cultura

O compromisso pretende promover um avanço na gestão compartilhada e participativa para produção, difusão e uso de dados, informações e indicadores culturais, melhorando a organização das informações sobre a gestão da cultura no país e garantindo a participação social nos mecanismos de gestão das políticas públicas da área.

16.1 - Definir critérios, padrões e diretrizes para a realização de ações de divulgação e capacitação da sociedade civil, Estado e iniciativa privada no uso efetivo da plataforma SNIIC

16.2 Realizar, no mínimo 200 ações, para capacitar os atores para produção, difusão, uso compartilhados de dados, informações e indicadores de forma colaborativa

16.3 - Implantar plataforma tecnológica do SNIIC nas diferentes instâncias de governo (estadual 60% e municipal ao menos 50 municípios)

16.4 - Construção de um vocabulário comum de base para padronização das informações

16.5 - Aprimoramento, customização e desenvolvimento contínuo da plataforma do SNIIC, para produção, difusão e uso de dados, informações e indicadores da cultura, incluindo a dimensão orçamento

Instituição responsável: Ministério da Cultura

Instituições de apoio: Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura Ministério do Turismo; Prefeitura Municipal de São Paulo; Secretaria de Cultura do Distrito Federal; Casa das Redes; ONG THYDÊWÁ - Potyra Te Tupinambá (Mensagens da Terra); Colegiado Setorial Música e GT Glossário da Cultura.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Visão Geral do Compromisso	Especificidade				Relevância para o Valor OGP (conforme escrito)				Impacto Potencial				Conclusão		Intermediário Final		Abriu o Governo?				
	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Acesso à Informação	Participação Cívica	Responsabilidade	Tecnologia & Inovação para Transparência & Responsabilidade	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador	Não Iniciado	Limitado	Substancial	Completo	Piorado	Não Mudou	Marginal	Grande	Significativo
16. Gestão participativa da cultura				✓	✓	✓		✓			✓			✓					✓		

Objetivo do Compromisso

Existem poucas bases de dados disponíveis online, atualizadas e geolocalizadas, que detalham as atividades culturais das administrações subnacionais. Para resolver essa lacuna, o governo lançou um portal que usa mecanismos participativos para coletar e publicar dados de eventos culturais de todas as cidades. O compromisso visava aprimorar este portal, conhecido como Sistema de Informações e Indicadores de Cultura, mediante a oferta de treinamento às partes interessadas (stakeholders) sobre como usar o portal.

Status

Intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada, e apresentou atraso. A conclusão dos Marcos 16.2, 16.3 e 16.5 foi limitada. Esses marcos envolveram atividades de treinamento para geração e uso de dados (16.2), implementação de indicadores em uma plataforma digital (16.3), e a atualização do sistema para geração de dados, comunicação e indicadores (16.5). Os Marcos 16.1 e 16.4 não foram concluídos.

Final: Limitado

O Marco 16.2 foi concluído. Os Marcos 16.3–16.5 foram parcialmente concluídos. O Marco 16.1 não foi concluído. O compromisso, assim, tem conclusão limitada.

O Marco 16.2 envolveu pelo menos 200 oportunidades de treinamento para as partes interessadas. Esse treinamento incluiu atividades de capacitação para 1.500 coordenadores culturais e conselhos municipais de cultura. Também envolveu eventos de capacitação do SESC São Paulo¹, que incluíram membros da sociedade civil², e eventos do Instituto Brasileiro de Museus, em particular. O pesquisador do IRM não pôde verificar independentemente esses eventos.

O Marco 16.3 resultou na implementação da plataforma em, pelo menos, 60% dos estados (n= 16) e em, pelo menos, 50 municípios brasileiros. O marco está parcialmente concluído, já que foi implementado em 12 estados, em 37 cidades e em cinco agências federais³.

O Marco 16.4 envolveu o desenvolvimento de um glossário que aborda os termos mais comuns utilizados na plataforma, a fim de aumentar a consistência da codificação. O governo declarou que publicou um “Glossário de Cultura⁴”, que promove resumos sistemáticos de estatísticas e de dados de forma padronizada.

O Marco 16.5 envolveu a atualização do Sistema de Informações e Indicadores sobre Cultura, o que incluiu não apenas a geração de dados, mas também a difusão de uso e de alocação de orçamento. O governo mencionou que um decreto ministerial foi promulgado para promover tal atividade (Decreto 27/2018). Também informou que o portal foi atualizado (com data de lançamento agendada para o período pós-eleitoral, em função de restrições legislativas). O conteúdo do site é de 2016, embora também tenha sido encontrado material novo no site⁵.

O Marco 16.1 envolveu o material de planejamento de pré-implantação. Nenhum registro público existe para que o pesquisador do IRM verifique a conclusão do marco. Os relatórios do governo não mencionam esse material e, dadas as limitações de sua verificação, o marco é considerado não concluído.

Abriu o Governo?

Acesso à Informação: Marginal
Participação Cívica: Marginal

O compromisso visou a utilização de mecanismos participativos para promover a difusão e o uso compartilhado de dados culturais, com a promoção e o uso da plataforma Sistema de Informação e Indicadores sobre Cultura. Felipe de Souza Camargo, do Ministério da Cultura, afirmou que a plataforma promoveu a transparência dos dados. Isso indica avanço para a melhoria do *status quo*. O governo também destacou que os cidadãos podem enviar conteúdo para o portal, o que cria uma oportunidade de participação cívica e de interação com outros cidadãos.

No momento da redação deste relatório, o portal apresentava 55.000 colaboradores e 12.000 eventos, e 16.000 projetos foram enviados pelos usuários. O pesquisador do IRM testou a plataforma e, em nível nacional, foram abertas 116 atividades. O conteúdo exibido online, bem como a possibilidade de a sociedade civil utilizar o portal para submeter suas próprias informações, constitui uma melhoria na transparência e na participação cívica. Mas como o portal estava em uso antes do início do plano de ação e como não há evidências de melhoria, o pesquisador do IRM considera os avanços em governo aberto como marginais.

Seguiu Adiante?

Esse compromisso não está incluído no quarto plano de ação. Dada a baixa conclusão do compromisso, o governo deve continuar a implementação do Marco 16.3, a fim de atingir, no mínimo, 60% dos estados e 50 municípios brasileiros. Além disso, é fundamental que o governo inclua as outras informações planejadas para a plataforma, como um orçamento alocado.

1 SESC, Serviço Social do Comércio.

2 SESC São Paulo, <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/praticas-culturais-e-as-novas-tecnologias-desafios-para-producao-de-indicadores>.

3 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, *Controle de Monitoramento da OGP Brasil*, http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/cultura/reuniao_meio%20ambiente/2018-22-junho-rse_16.pdf.

4 “Vocabulários da Cultura (ONTOLOGIAS),” SIMCultura, <http://sim.cultura.gov.br/vocabularios-da-cultura-ontologias/>.

5 “Primeiros Resultados do GT Glossário da Cultura”, SNIIC, 30 de Março de 2016, <http://sniic.cultura.gov.br/2016/03/30/primeiros-resultados-do-gt-glossario-da-cultura/>.

Nota Metodológica

O Relatório Final baseia-se em pesquisa documental e em entrevistas com partes interessadas governamentais e não-governamentais. O relatório do IRM sustenta-se nas conclusões do relatório de autoavaliação do governo; em demais avaliações de progresso feitas pela sociedade civil, pelo setor privado ou por organizações internacionais; e no relatório de progresso anterior feito pelo IRM.

Como parte do Relatório Intermediário, o pesquisador do IRM no Brasil participou da reunião inicial da fase de consulta. Durante essa reunião, o método IRM foi apresentado aos grupos de trabalho temáticos. O pesquisador do IRM também participou de cinco sessões de monitoramento de compromissos (realizadas online). O pesquisador do IRM convidou 193 participantes (124 do governo e 69 da sociedade civil) de 111 instituições, para participar de duas oportunidades de coleta de dados. Essas oportunidades incluíram uma pesquisa online (respondida por 21 pessoas) e entrevistas online aprofundadas (11 entrevistas conduzidas).

Como parte deste Relatório Final, o pesquisador do IRM lançou uma pesquisa online a ser preenchida pela sociedade civil e pelos participantes do governo, junto ao mesmo grupo convidado a participar do Relatório Intermediário (193 participantes de 111 instituições). O pesquisador recebeu 18 respostas, inclusive com comentários sobre 13 dos 16 compromissos (com exceção dos compromissos 8.9 e 13). Nos casos em que não houve resposta, uma segunda tentativa de solicitação foi enviada.

Fabro Steibel é afiliado ao Centro Berkman Klein, da Universidade de Harvard, e membro do Conselho Global do Fórum Econômico Mundial. Ele detém um PhD em Comunicações pela Universidade de Leeds (Reino Unido) e conduziu pesquisa de Pós-Doutorado em Consultas Públicas na Universidade Federal Fluminense (Brasil). É felBaixo em governo aberto da Organização dos Estados Americanos e Diretor Executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

A Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP) busca garantir compromissos concretos dos governos para promover a transparência, capacitar os cidadãos, combater a corrupção e aproveitar novas tecnologias que fortaleçam a governança. O Mecanismo de Relatório Independente da OGP avalia o desenvolvimento e a implementação de planos de ação nacionais, a fim de promover o diálogo entre as partes interessadas e de aperfeiçoar o accountability.

